



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - VRPPG
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

SIGNIFICADO DO TRABALHO ENTRE PRAZER E SOFRIMENTO: um estudo com os feirantes da José Avelino, na cidade de Fortaleza, Ceará.

MEANING OF WORK BETWEEN PLEASURE AND SUFFERING: a study with fair workers at José Avelino street fair in Fortaleza/CE

Acy Holanda Mota

Fortaleza – Ce
2013

ACY HOLANDA MOTA

SIGNIFICADO DO TRABALHO ENTRE PRAZER E SOFRIMENTO: um estudo com os feirantes da José Avelino, na cidade de Fortaleza, Ceará.

MEANING OF WORK BETWEEN PLEASURE AND SUFFERING: a study with fair workers at José Avelino street fair in Fortaleza/CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Ambiente, trabalho e cultura nas organizações sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos

**Fortaleza – Ceará
2013**

M917s Mota, Acy Holanda.

Significado do trabalho entre prazer e sofrimento: um estudo com os feirantes da José Avelino, na cidade de Fortaleza, Ceará = Meaning or work between pleasure and suffering : a study with fair workers at José Avelino street fair in Fortaleza/CE / Acy Holanda Mota. - 2013.

123 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2013.
“Orientação: Profa. Dra. Tereza Glaucia Rocha Matos.”

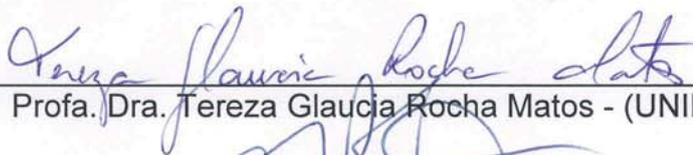
1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Prazer. 3. Sofrimento. 4. Trabalho informal. 5. Feiras. I. Título.

CDU 159.9:331.1

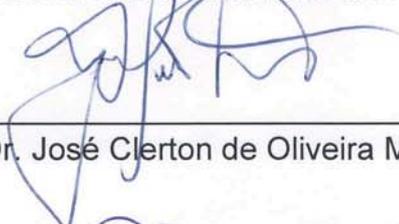


Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Sujeito, Sofrimento Psíquico e Contemporaneidade

Dissertação intitulada **“Prazer, sofrimento e significado do trabalho para os trabalhadores de uma feira de confecções”**, de autoria da mestranda **Acy Holanda Mota**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



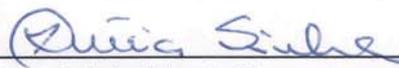
Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos - (UNIFOR) – Orientadora



Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins - (UNIFOR)

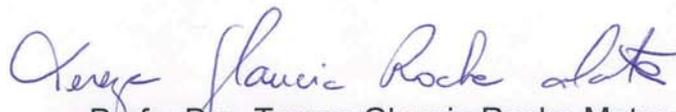


Profa. Dra. Luciana Maria Maia Viana – (UNIFOR)



Profa. Dra. Lúcia Maria Gonçalves Siebra - (UFC)

Fortaleza, 12 de agosto de 2013.



Visto:

Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIFOR

DEDICATÓRIA

Primeiro, dedico este estudo a Deus, pelo dom da vida e por vivenciar uma grande experiência na escala da dinâmica do saber.

Ao meu adorável marido, Márcio de Oliveira Mota, pela força e persistência dada a mim nessa minha trajetória acadêmica e por ser o principal incentivador desse Mestrado.

À minha filha, Rebecca, e ao meu filho, Matheus, que muitas vezes tiveram que aceitar a minha ausência e entenderem que eu precisava me dedicar ao estudo.

Aos meus pais, Raimundo e Anaide, que me deram o mais sublime dos sentimentos, que é o amor, e que não mediram esforços para dar aos seus filhos o melhor que podiam oferecer.

Por fim, a todos que acreditaram em mim e ajudaram na minha formação profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado entendimento, paciência e determinação não somente neste objetivo, mas em todos que já tive na minha vida.

À Universidade de Fortaleza, pela oportunidade de realizar este curso, e aos professores e colegas que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

À Prof.^a Dr.^a Tereza Glaucia, orientadora deste trabalho, por ter acreditado na possibilidade de realização dele e pela dedicação com que me acompanhou durante esses anos.

Ao Professor Clerton Martins e às Professoras Luciana Maia e Lucia Siebra, pela presença na banca examinadora, pelos valiosos comentários e por aceitarem contribuir com seus conhecimentos neste percurso.

A todos os meus familiares, que me acompanharam e me deram força em vários momentos desta empreitada, apoiando e compreendendo minhas ausências para me dedicar a este projeto.

Aos feirantes, pela forma disponível e acolhedora com que me receberam, tendo sido parte fundamental para a existência deste trabalho.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa – LET, que me deram suporte na condução do estudo.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram para a existência e conclusão desta obra, que possui um significado não só intelectual, mas, sobretudo, representa uma grande conquista em minha vida.

RESUMO

O trabalho está inserido no contexto econômico, político e social e é impregnado de subjetividade, levando cada pessoa a ter vivências distintas, além de significá-lo diferentemente. O significado do trabalho é algo subjetivo, social e dinâmico e com isso cada trabalhador tem um significado próprio a respeito do que é trabalho e do seu trabalho, além da importância que é dada a ele por si mesmo e pelos outros. Em vista das mudanças na forma de trabalhar, nas exigências do cenário capitalista e da importância que o trabalho, hoje, desempenha na vida das pessoas, surgiu o interesse em estudar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções e o prazer e sofrimento vivenciado por elas. O presente estudo compreendeu uma pesquisa exploratória e descritiva, do tipo *survey*, de natureza quantitativa e qualitativa. O método quantitativo foi utilizado com 120 feirantes, com o objetivo de mensurar e avaliar o significado do trabalho. A abordagem qualitativa constituiu-se de 12 entrevistas semiestruturadas, com esses trabalhadores, pelas quais se buscou conhecer as vivências de prazer e sofrimento no trabalho a partir da fala desses sujeitos. Para a análise de dados dos questionários, utilizou-se a técnica da estatística descritiva simples e cruzada (e.g. frequência, média aritmética, desvio padrão, intervalo e valores máximo e mínimo). Para o processamento dos resultados, foi aplicado o SPSS (Statistical Package for Social Science). Já para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Verificou-se que o trabalho tem elevado índice de centralidade para as pessoas que atuam na feira, exercendo uma função instrumental como meio de obtenção de recursos financeiros. Além da sobrevivência pessoal e familiar, o trabalho significa reconhecimento e realização, também está associado à dignidade, ao respeito e à honra. Para os feirantes, o trabalho na feira significa conhecer outras pessoas, fazer novas amizades, sentir-se parte de um grupo. Outro ponto investigado foi em relação ao prazer vivenciado por esses trabalhadores. Segundo os relatos dessas pessoas, o que proporciona prazer a elas é o retorno financeiro que a feira lhes dá, ou seja, o prazer está associado à realização de boas vendas. Os feirantes também citaram que o reconhecimento do seu trabalho e a satisfação pelo que fazem os deixam felizes e com prazer. Já o sofrimento é causado pelos horários (e.g. acordar cedo), pelas vendas não estarem de acordo com o esperado e por clientes mal educados.

Palavras-chaves: Significado do Trabalho; Prazer e Sofrimento no Trabalho; Informalidade; Feira de Roupas.

ABSTRACT

Work is inserted under the social, political and economic context and its subjectivity leads each one to have distinct experiences and means. Meaning of work is subjective, social and dynamical. Indeed, every worker has an own mean of work and its importance of his/her work and others. Due to the changes of the way of working under the present capitalism scenario, this researcher was motivated to understand the meaning of work from people that work in a street fair of clothes and their pleasures and sufferings when working. This dissertation had an exploratory study and a qualitative and quantitative field research. On the one hand, the quantitative field research was conducted among 120 street fair workers and aimed to measure and evaluate the meanings of work. We use simple and crosstabs descriptive statistics (e.g. means, standard deviation, range, and minimum and maximum values). On the other hand, 12 people were interviewed for the qualitative research that aimed to understand experiences of pleasure and suffering when they were working. We use content analysis for this part of the methodology. The outcomes indicate that work has a high level of centrality for the ones who work on this street fair. Moreover, it also indicates an instrumental function as means to get financial gains. Besides family and personal survival, work means recognition and accomplishment. Work is also associated with dignity, respect and honour. The respondents also pointed out that work is a good way to have contact with other people. Indeed, they can make friends and they feel part as a group. What makes them feel pleased to work is the financial return associated with good sells and the recognition and satisfaction by what they do. In other words, contact with friends, meet new people and the attribution of knowledge from these contacts lead to satisfaction. Finally, suffering is caused by the work shifts (wake up extremely early), poor sales and impolite customers.

Keywords: Meaning of Work, Pleasure and Suffering at Work, Informality, Fair of Clothes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOW - Meaning of Work International Research Team

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SPSS - Statistical Package for Social Science

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados.....	69
Tabela 2 – Grau de instrução dos entrevistados.....	70
Tabela 3 – Estado civil dos entrevistados.....	70
Tabela 4 – Tempo na função.....	71
Tabela 5 – Cruzamento entre renda mensal e função na feira.....	71
Tabela 6 – Dias de trabalho na semana.....	72
Tabela 7 – Horas trabalhadas.....	72
Tabela 8 – Concepções e valores associados ao trabalho.....	73
Tabela 9 – Centralidade absoluta do trabalho.....	75
Tabela 10 – Normas Societais	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Centralidade relativa do trabalho.....	76
Gráfico 2 – Centralidade do trabalho.....	78
Gráfico 3 – Resultados ou produtos e objetivos valorizados no trabalho.....	79

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	12
2 – CONSTITUIÇÃO E SIGNIFICADO DO TRABALHO.....	18
2.1 – Constituição do trabalho.....	18
2.2 – Significado do trabalho.....	24
3 – PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO.....	34
4 – TRABALHO INFORMAL E FEIRAS.....	42
4.1 – Trabalho informal.....	42
4.2 – Feiras.....	54
4.2.1 – A feira da rua José Avelino.....	58
5 – METODOLOGIA.....	60
5.1 – Tipo de pesquisa.....	61
5.2 – Instrumento de pesquisa.....	63
5.3 – Amostra.....	64
5.4 – Procedimento de coleta de dados.....	64
5.5 – Técnica de análise de dados.....	66
5.6 – Considerações éticas sobre a pesquisa.....	67

6 – RESULTADO E DISCUSSÃO	69
6.1 – Análise dos dados dos questionários (análise quantitativa).....	69
6.2 – Análise dos dados das entrevistas (análise qualitativa).....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	113
A – Formulário 1 – Questionário.....	113
B – Roteiro de Entrevista	116
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento.....	117
ANEXOS	119
A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	119
B – Declaração da Revisão Gramatical.....	122

Introdução

O trabalho é algo importante na vida das pessoas, pois é através dele que o homem organiza a sua vida, suas atividades e seus relacionamentos. De acordo com Souza (2009), o trabalho está relacionado à autoestima e à realização. Ele é elemento fundamental na formação da identidade do trabalhador e possui importante função diante da sociedade. A mesma autora ainda coloca que o trabalho ajuda as pessoas a dizerem a si mesmas e aos outros quem são.

Codo (1987), Ciampa (1996) e Jacques (1997) já mencionavam tal pensamento quando afirmaram que é por meio do trabalho que o indivíduo se reconhece como sujeito de sua história, constrói sua identidade, organiza sua vida e define suas relações sociais e familiares.

O trabalho, segundo Soares (1992), tem sido visto não somente como forma de obter a renda, mas como atividade que proporciona realização pessoal, status social, possibilidade de estabelecer e manter contatos interpessoais e, dessa forma, uma vida mais significativa.

Para Morin (2004), mencionada por Kubo (2009), o trabalho “é acima de tudo, uma atividade por meio da qual um indivíduo se inclui no mundo, cria relacionamento, usa seus talentos, aprende e desenvolve sua identidade e o sentimento de fazer parte” (p. 13).

Portanto, estudar o mundo do trabalho é adentrar no indivíduo de todas as formas, pois o trabalho não somente ajuda a construir uma identidade pessoal e social, como também possibilita ao indivíduo adentrar no meio social (Souza & Tolfo, 2009).

Na atualidade, verificam-se diversos fatores que impactam na vida desse homem que trabalha e que contribuem para que o indivíduo tenha vivências de prazer e de sofrimento. De acordo com Antunes (2005):

o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Érgon e pónos, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio. Ora cultuava-se seu lado positivo, ora acentuava-se o traço de negatividade (p. 137).

Carvalho (2008) acredita que o trabalho “ora se apresenta como propiciador de saúde e qualidade de vida; ora como agravante da saúde, em virtude das formas de organização imposta ao ser humano” (p. 14). Acreditando na ideia de que o trabalho pode fazer sofrer, Rosso (2004) afirma que “a intensificação do trabalho produz efeitos físicos e psíquicos sobre os trabalhadores” (p. 61) e Dejours (1991) acredita que onde há trabalho, há sofrimento. Portanto, esse trabalho que proporciona subsistência e faz os indivíduos gente também traz angústia e sofrimento.

De acordo com Souza (2009), desde a última década do século XX até os dias atuais, aconteceram mudanças no campo do trabalho, ocasionando grandes consequências para a vida dos trabalhadores. Dentre essas mudanças, podem ser citadas a globalização, as exigências crescentes de maior qualificação profissional, a competitividade, a precarização do trabalho e a ameaça constante de diminuição dos postos de trabalho (Flach, Grisei, Silva & Manfredini, 2009; Souza, 2009).

Antunes (1999) relata que as transformações no contexto do trabalho contemporâneo, como a flexibilidade, a terceirização, o *downsizing* das empresas, dentre outras, acabam privilegiando a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho. Esse mesmo autor complementa, afirmando que essas modificações afetam tanto os trabalhadores no âmbito material quanto no âmbito da subjetividade.

Antunes e Alves (2004) ressaltam que as condições de trabalho, nesse século, são marcadas pela precarização em função de subemprego, desemprego, terceirização e exploração.

Em vista desse cenário, percebe-se que as mudanças ocorridas nos últimos anos acarretam muitas incertezas. Sennett (2006) argumenta que o trabalho contemporâneo tanto pode oferecer condições para o crescimento do trabalhador como pode constituir um problema que leva o trabalhador a sentir-se explorado ou excluído. Isso está relacionado ao fato de esse trabalho estar caracterizado pelos contratos temporários e pela constante exigência de empregabilidade.

Segundo Cacciamalli (2000) e Barreto (2003), dentre essas transformações advindas das relações de trabalho, a informalidade aparece como um fenômeno vital para a compreensão desta nova forma assumida pelo capitalismo, pois ao contrário do que se tem falado sobre o fim do trabalho e do emprego (e.g. Rifkin, 2000), a atualidade mostra, na verdade, que o capitalismo, através das decisões políticas dos homens, tem cada vez mais acirrado suas práticas de exploração do trabalho humano.

Antunes (2010) apoia a ideia de Barreto (2003), afirmando que “em oposição à afirmação do fim do trabalho, podemos constatar uma expressiva precarização e informalidade do trabalho que ocorre nas formas de trabalho parcial, subcontratado e precarizado” (p. 11).

Barreto (2003) coloca, também, que o trabalho continua vivo e vivido por trabalhadores, cada vez mais informais, submersos e precarizados, contudo sobreviventes e transformadores da realidade e de suas histórias de vida. Aponta, também, que esses trabalhadores se relacionam com o seu meio, desenvolvem estratégias de vivência e sobrevivência e fazem a realidade - material e simbólica - existir.

Antunes (1999), Cacciamalli (1999) e Zanelli, Andrade e Bastos (2004) argumentam que o crescimento do trabalho informal, em decorrência dos altos índices de desemprego e das limitações que o mercado de trabalho formal vem oferecendo, acarreta a busca de novas alternativas de trabalho.

Uma dessas alternativas é o trabalho na feira. De acordo com Menezes (2005), Souza e Tolfo (2007), Castro, Castro e Laurias (2009) e Souza (2009), o trabalho na feira está inserido nesse contexto da informalidade e de precarização do trabalho. Para Souza e Tolfo (2007), o trabalhador da feira vive desenvolvendo mecanismos e arranjos que possibilitam sua sobrevivência.

É nesse processo de precarização do trabalho que se observa a expansão das atividades ligadas à economia informal, que passa a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos pelos mais diversos motivos do mercado formal de trabalho.

Para Barreto (2007), a informalidade deixa de ser uma válvula de escape para a resolução de problemas de geração de emprego e passa a assumir a posição de fenômeno de adaptação da sociedade aos novos requisitos da organização informacional.

Diante do exposto, faz-se necessário ter consciência de que, apesar de o trabalho estar inserido no contexto econômico, político e social, é impregnado de subjetividade, levando cada pessoa a ter vivências distintas, além de significá-lo diferentemente. O significado do trabalho é algo subjetivo, social e dinâmico e, com isso, cada trabalhador tem um significado próprio a respeito do que é trabalho e do seu trabalho, além da importância que é dada a ele por si mesmo e pelos outros. Mediante o seu entendimento a respeito do significado do trabalho, ele pode vivenciar experiências de prazer ou sofrimento.

Com isso, deve-se repensar o significado do trabalho, ou melhor, repensar como se está trabalhando, para que se trabalha e o que se pode fazer com o trabalho, pois, como salienta Donkin (2003), no futuro, o trabalho também terá seu lugar na existência humana, contudo não se pode viver somente para ele.

Em vista dessas mudanças na forma de trabalhar, nas exigências desse cenário capitalista, do crescente aumento da informalidade e da importância que o trabalho, hoje, desempenha na vida das pessoas, surge o interesse em estudar o significado do trabalho, assim como o prazer e o sofrimento.

Qual o significado do trabalho para as pessoas que trabalham na informalidade? Quais as vivências de prazer e sofrimento, experimentadas pelos trabalhadores, nessa realidade, que em geral é caracterizada pela insegurança?

Por conseguinte, o objetivo geral deste estudo é investigar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecção da rua José Avelino, no município de Fortaleza-CE, bem como o prazer e sofrimento decorrentes desse trabalho.

Já os objetivos específicos são 1) identificar o significado atribuído ao trabalho pelos trabalhadores de uma feira de confecção; e 2) conhecer as vivências de prazer e de sofrimento dos trabalhadores que atuam na feira de confecção.

O texto desta dissertação é estruturado, além da introdução, em mais seis tópicos. No segundo tópico, apresentam-se as considerações sobre o trabalho e as diferentes concepções atribuídas a ele em diversos contextos sócio-históricos. Também são abordadas as várias concepções acerca do significado do trabalho.

Dando continuidade, mencionam-se, na terceira parte, as concepções a respeito de prazer e sofrimento no trabalho; em seguida, no quarto tópico, são estudados o trabalho informal e a feira.

O quinto item é dedicado à metodologia aplicada neste estudo, em que são caracterizadas a população e a amostra e descritos os instrumentos utilizados e a forma de realização de coleta e análise dos dados.

No sexto t3pico, demonstram-se os resultados e as an3lises dos dados. E prosseguindo, o 3ltimo cap3tulo 3 destinado 3s considera33es finais da disserta333o, com as limita333es do estudo e algumas sugest33es para novas investiga333es.

2. Constituição e Significado do Trabalho

Pensar em trabalho é pensar em todas as possibilidades de significados atribuídas a ele e em todas as possibilidades de relação que o homem/individuo estabelece com sua atividade, pois o trabalho faz parte da história do homem desde os tempos mais antigos.

2.1 – Constituição do Trabalho

Como ressalva Codo (1987), o trabalho sempre esteve onde qualquer sociedade humana está, ou ainda o trabalho é histórico por excelência.

Segundo Borges e Yamamoto (2004), o trabalho nasce de necessidades naturais do homem, porém ocorre na interação dos homens e/ou entre os homens e a natureza. Portanto, “o trabalho e a forma de pensar sobre ele, seguirá a condição sócio histórica em que cada pessoa vive” (Borges & Yamamoto, 2004, p. 27).

Para Souza (2009), o trabalho se constitui a partir de um conjunto de configurações históricas, sociais, psicológicas e políticas específicas que não são as mesmas em todo o tempo e espaço. A mesma autora levanta a discussão acerca do conceito do trabalho, pois, para ela, a construção desse conceito é de natureza complexa e interdisciplinar.

Souza (2009) concorda com o pensamento de Dejours (2004) quando diz que o conceito de trabalho se dá através dos conhecimentos das mais variadas disciplinas, tais como sociologia, psicologia, filosofia, administração, engenharia, ergonomia, economia, dentre outras.

Mas, o que é trabalho? Como defini-lo?

Ferreira (1986), no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, define trabalho como “a aplicação da atividade física ou intelectual; serviço; esforço; fadiga; ação ou resultado da ação de uma força; labutação; esmero; inquietação; exercício; obra feita ou em via de execução; exercício de uma atividade como ocupação, ofício, profissão” (p. 1695).

Dejours (2004) afirma que o trabalho é “atividade coordenada útil” [...], “realizada pelos homens e mulheres para fazer face ao que, numa tarefa utilitária, não pode ser obtido estritamente pela execução da organização prescrita” (p. 315).

Lukács (1981), citado por Souza (2009), define "trabalho como o momento fundante da realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem" (pp. 44-45). Em outra definição, Codo (1987) relata que o trabalho é uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza geradora de significado.

Para Marx (1985), o trabalho “é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (p. 149). Do mesmo modo, para Carmo (2001), o trabalho é “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se auto-produz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais” (p. 15).

Já para Arendt (2009), o trabalho é:

a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (p. 15).

Albanoz (2008) acredita que o trabalho “designa a operação humana de transformação da natureza em objeto de cultura”. Ela acredita ainda que o trabalho “é o homem em ação para sobreviver e realizar-se” (p. 08).

Do ponto de vista etimológico, a palavra trabalho vem do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium* (Astrada, 1968), termo utilizado para designar aparelho

de tortura, que em geral era atado os condenados. Albanoz (2008) assinala que a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente “instrumento feito de três paus” (p. 10). Para Santos (2000), o termo não significa somente instrumento de tortura, mas também o lugar onde se colocavam os bois para serem ferrados, além de “... instrumento feito de três paus aguçados, munidos algumas vezes, de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (p. 43). Pochmann (2004) complementa, afirmando que tal termo também era usado para designar uma espécie de canga usada sobre animais que puxavam o arado.

A ideia do trabalho configurou-se, por muito tempo, como fardo, sacrifício e castigo, como coloca Santos (2000): “... o trabalho teve como significado primeiro o de castigo, tortura, tormento, sofrimento” (p. 43). Segundo o mesmo autor, “... a noção negativa de trabalho já havia sido referida no livro Gênesis, II, 19, na Bíblia, onde está escrito: “comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar”.

Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Albanoz (2008) relata que na Bíblia o trabalho significa castigo pelas desobediências a Deus. Segundo a autora:

a Bíblia o apresenta como um castigo, um meio de expiação do pecado original.

Por haverem perdido a inocência original do paraíso, Adão é condenado a ganhar seu pão com o suor de seu rosto, assim como Eva é condenada às dores do parto

(Albanoz, 2008, p. 51).

Na Grécia Antiga, o trabalho foi desenvolvido de acordo com a ideia de que a diferença social entre os homens era natural e não havia qualquer contradição na sua divisão. Nessa época, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres, e quem trabalhava,

segundo Lassance e Sparta (2003), eram os escravos e servos, pois os cidadãos livres tinham o direito ao ócio e à política, dedicando-se à reflexão, ao exercício da cidadania e do bom governar. Como coloca Aristóteles, o homem era um ser político, condição exercida somente pelos que não trabalhavam (Pochmann, 2004).

Seguindo essa mesma concepção, Arendt (2009) considera que o trabalho era compreendido com desprezo, visto que essa atividade estava voltada para atender as necessidades da vida, sendo, portanto, exercida somente pelos escravos. Pochmann (2004) corrobora a ideia de Arendt (2009) quando coloca que o exercício do trabalho era um constrangimento.

Na Idade Média, o conceito de trabalho não sofreu alterações significativas. A Igreja Católica defendia o desapego às riquezas terrenas e condenava o trabalho como forma de enriquecimento.

Lassance e Sparta (2003) colocam que essa forma de pensar o trabalho permaneceu até o século XV, quando a Reforma Religiosa coloca o trabalho como a salvação, uma virtude dos homens. Pochmann (2004) argumenta que, a partir da Reforma Religiosa, de Lutero e Calvino, quando a ética do trabalho passa a ser valorizada, o trabalho é identificado como fonte de cultura e de toda riqueza, pois se transforma na mediação básica que permitiria ao homem transformar tanto a natureza quanto a si próprio. Albanoz (2008) ressalva que, em função de o trabalho ser uma qualidade perante a Deus, era obrigação do homem trabalhar, pois havia recebido a vocação para o trabalho.

Com o Renascimento, a concepção de trabalho se constitui como fonte de identidade e autorrealização, tendo um significado intrínseco. Albanoz (2008) expõe que “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências” (p. 59). A partir dessa época, outra visão passa a vigorar, concebendo ao

trabalho um significado não mais servil, mas que propicia ao homem o seu desenvolvimento, transformando-se em condição imprescindível para a sua liberdade.

Contudo, com a Revolução Industrial, a relação do homem com o trabalho ganha um novo significado, que não esses apresentados anteriormente. Segundo Astrada (1968), “é sabido que a valorização positiva do trabalho começa na Idade Moderna, e é Hegel que, na instância filosófica, dá-lhe carta de cidadania” (p. 32). Ademais Arendt (2009) indica que, na Era Moderna, o trabalho é retratado como fonte de todos os valores, transformando todas as atividades em necessidade.

Segundo Zanelli et al. (2004), com o surgimento do capitalismo, o significado do trabalho muda efetivamente. Na sociedade capitalista, o trabalho passa a ser aceito como fator de enriquecimento pessoal, legitimado como tábua de salvação. No texto “Os Trabalhos e os Dias”, o poeta grego Hesíodo defende o trabalho como forma de alcançar a felicidade e a prosperidade (Hesíodo, 2012).

Por conseguinte, o advento do capitalismo trouxe novos valores que passaram a determinar a sincronização dos tempos de vida e do trabalho. O trabalho, agora, é reconhecido como uma atividade central que ocupa quase totalmente o espaço de vida do homem, pois absorve a maior parte do seu tempo. Antunes (1995), Sennett (1999), Morin (2001), Borges e Yamamoto (2004) e Dejours (2007) corroboram essa ideia quando relatam que nas sociedades industrializadas o centro da vida das pessoas passou a ser o trabalho.

Seguindo essa mesma concepção, Souza (2009) afirma que as pessoas ainda se articulam ao redor das atividades laborativas, tornando o trabalho o centro de suas ações, pois esse ainda se articula como o principal regulador da organização da vida humana.

Na sociedade contemporânea, as pessoas continuam dedicando muitas horas do seu dia às atividades profissionais. O trabalho é visto como a busca das realizações, tornando-

se uma atividade que define o homem. Padilha (2000) argumenta que, apesar de tantas mudanças, o trabalho continua sendo o meio de contorno em que a vida humana segue.

Essas transformações no mundo do trabalho, desde os primeiros tempos, demonstra que existem dois significados antagônicos para o trabalho. Carvalho (2008) relata que “um significado em que o trabalho é atrelado a uma noção de esforço, sacrifício e sofrimento, e outro em que o trabalho é atribuído ao emprego das competências do homem dominando a natureza, sendo responsável pela condição humana” (p. 24).

Para Marx (2009), o trabalho é um verdadeiro paradoxo: libertou o homem da natureza, embora tenha escravizado o homem pelo outro homem; seria sinônimo de alegria, conquanto fosse livre e desejado, a emancipação do homem; porém, enquanto uma necessidade inarredável, expressa obrigação sofrida; deveria ser saúde, entretanto causa doenças; suga a vida nas sobrejornadas, como a nega no desemprego.

Antunes (1995) afirma que, se por um lado o trabalho leva ao crescimento e ao desenvolvimento da pessoa como um ser criativo, sujeito de sua ação, algo que lhe proporciona plenitude e satisfação, por outro a realidade econômica da sociedade capitalista viabiliza situações de espoliações, alienação e sofrimento.

Vale a pena ressaltar, segundo Carvalho (2008), que o trabalho “ora se apresenta como propiciador de saúde e qualidade de vida; ora como agravante da saúde, em virtude das formas de organização imposta ao ser humano” (p. 14). Ou ainda, como coloca Codo (1987) “... em qualquer trabalho é possível entrar no circuito orgástico do prazer de transformar e se transformar e também em qualquer trabalho pode ver o circuito mágico de construção quebrado, e o resultado é o sofrimento” (p. 46).

Percebe-se que as ideias relacionadas ao trabalho, por mais que sejam distintas, sempre estiveram presentes na estrutura social e sempre foram fontes de sobrevivência. Contudo, no contexto atual, a relação entre indivíduo e trabalho passa a ser entendida

como algo conflituoso, na medida em que passou a ser encarada como a única tábua de salvação, não dando espaço ao homem de se relacionar consigo mesmo.

Considerando tudo que foi exposto e levando em consideração a articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida laboral, faz-se necessária a busca de outras compreensões a respeito do significado do trabalho.

Alguns autores, tais como Codo (1987), Ciampa (1996) e Jacques (1997) asseguram que o trabalho é um componente importante da vida, pois é por meio dele que o indivíduo se reconhece como sujeito de sua história, constrói sua identidade, organiza sua vida e define suas relações sociais e familiares. Por conseguinte, o trabalho passa a ser reconhecido como uma atividade central que ocupa quase totalmente o espaço de vida, na medida em que absorve a maior parte do tempo dessa vida, seja pelo fato de ser um meio de sobrevivência, seja pelo tempo da vida a ele dedicado, seja pelo fato de ser um meio de realização profissional e pessoal (Souza, 2009).

O trabalho é considerado, como foi exposto anteriormente, o centro na vida de quem o realiza, pois é através dele que as pessoas organizam seu dia-a-dia e até seus relacionamentos. A falta do trabalho, o não reconhecimento desse trabalho como algo significativo, ou mesmo a sobrecarga de trabalho podem trazer consequências para a vida das pessoas, como doenças, problemas na família, distanciamento das pessoas e do meio social, falta de sentido para a vida, dentre outros. Devido a isso, o trabalho torna-se o principal motivo de integração entre as pessoas e o meio social (Souza, 2009). Assim, o próximo tópico abordará questões pertinentes ao significado do trabalho no intuito de trazer as diferentes vertentes sobre o assunto.

2.2 - Significado do Trabalho

Souza (2009) acredita que o trabalho é categoria sociologicamente central e que assume um lugar de destaque na vida das pessoas, por isso os estudos acerca de significado

e sentidos do trabalho são de grande relevância. Segundo a mesma autora, os estudos a respeito dessa temática ganharam destaque devido às transformações ocorridas nas últimas décadas, nas quais “a centralidade do trabalho passou a ser amplamente discutida e questionada no meio acadêmico. A centralidade do trabalho constitui-se em elemento chave para a compreensão dos significados atribuídos ao trabalho” (Souza, 2009, p. 63).

Malvezzi (2004) argumenta que o comprometimento do trabalhador na realização de suas atribuições pode estar ou não relacionado com o significado que o trabalho tem para ele, ou seja, a qualidade do trabalho está vinculada ao significado que o indivíduo atribui ao seu conteúdo e ao seu projeto de vida. Com isso, Malvezzi (2004) acredita que o trabalho assume papel central para a constituição do indivíduo enquanto sujeito de sua história.

De acordo com Vilela (2003), as experiências vivenciadas pelos indivíduos no cotidiano são a base sobre a qual eles erguem suas percepções e conhecimentos sobre o mundo no qual estão inseridos. Essa construção, conforme destacam Bastos, Pinho e Costa (1995), é um processo social, por se dar no interior de um conjunto de crenças, valores e significados que definem o contexto cultural no qual as interações entre indivíduos e grupos ocorrem.

Varella (2006) expõe que o homem cria significados e que é através da cultura que esses significados se tornam públicos e partilhados. Essa mesma autora ainda coloca, citando Bruner (1990), que os significados são elementos mediadores da relação do indivíduo com seu mundo, de forma que os significados construídos pelos indivíduos são causas das ações humanas.

Bruner (1997, p. xi) afirma que negociar e renegociar significados seria uma conquista do ser humano e que o ponto principal para a investigação do significado seria “a natureza e a modelagem cultural da produção de significado e o lugar central que ela

ocupa na ação humana”. Ele coloca ainda que “embora os significados estejam na mente, eles têm suas origens e sua importância na cultura na qual são criados” (Bruner, 2001, p. 16). Com base nisso, Bruner (2001) afirma que a atribuição de significados depende da cultura na qual se está inserido.

Agulló-Tomás (1997), citado por Vilela (2003), entende o significado do trabalho como um sistema de valores, crenças e expectativas que possuem os indivíduos e que foram aprendidas via processo de socialização e funcionam como um marco de referência para ação.

Bastos et al. (1995) apresentam o significado do trabalho como sendo “uma estrutura cognitiva que tem forte impacto sobre as percepções, avaliações, atribuições, e sobre o próprio comportamento do indivíduo no trabalho” (p. 22).

Brief e Nord (1990), citados por Borges (1999), abordam o significado do trabalho como tendo um caráter dinâmico que está presente na concepção de atribuição como processo inacabado e socialmente inserido, visto que o trabalho é afetado por um complexo e dinâmico contexto social.

Com isso, atribuir significado, segundo Fiske (1992), citado por Borges e Tamayo (2002), é um processo subjetivo realizado por cada pessoa, levando em consideração tanto a intencionalidade quanto as habilidades cognitivas de cada um, além é claro de toda a interferência da sociedade.

Concordando com os autores acima mencionados, Borges e Alves Filho (2001) e Borges e Tamayo (2002) caracterizam o significado do trabalho como uma cognição subjetiva e social que varia individualmente, na medida em que deriva do processo de atribuir significados e, ao mesmo tempo, apresenta aspectos socialmente compartilhados, associados às condições históricas da sociedade.

Para Vilela e Rigon (2004), o significado do trabalho consiste em um conjunto de variáveis psicológicas e sociológicas relacionadas com o significado e o valor que o trabalho tem na vida das pessoas. Borges (1999) considera ainda que o significado do trabalho pode ser entendido como uma cognição subjetiva, histórica e dinâmica, caracterizado por múltiplas facetas que se articulam de diversas maneiras, ou seja, a autora ao definir o significado do trabalho leva em consideração a história pessoal de cada pessoa e as condições históricas da sociedade em que essa pessoa está inserida, além de considerar que o significado do trabalho é um processo em constante construção.

De acordo com Tolfo e Piccinini (2007), o significado do trabalho para a equipe de investigação *Meaning of Work International Research Team* – MOW (em português Equipe de Pesquisa Internacional do Significado do Trabalho) é conceituado como um “construto psicológico multidimensional e dinâmico, formado da interação entre variáveis pessoais e ambientais e influenciado pelas mudanças no indivíduo, ao seu redor ou no trabalho” (p. 39).

Segundo Cavalheiro (2010), as pesquisas relativas aos sentidos e significados atribuídos ao trabalho possibilitam a ampliação e o aprofundamento dos estudos quanto à importância do trabalho na vida das pessoas, o entendimento dos pressupostos epistemológicos, a delimitação de divergências e ambivalências dos construtos e a demonstração empírica dos níveis de centralidade do trabalho em distintos contextos culturais e sociais.

Vale salientar que, na literatura pesquisada, constatou-se a existência de diferentes concepções teóricas para tratar do significado/sentido do trabalho e que não há consenso acerca do uso dos termos significados e sentidos do trabalho.

De acordo com Souza (2009), citando Harper (2001), etimologicamente a palavra sentido origina-se do latim – *sensus*, que remete a significado, sentimento, ou ao verbo

sentire: perceber, sentir, saber. E a palavra significado vem do latim *significare* – signo/*ficare*, relativo à significação, ou àquilo que as coisas querem dizer.

O tema significado do trabalho caracteriza-se pela sua dimensão e é estudado segundo vários enfoques, utilizando diversas metodologias. Tolfo et al. (2005) e Souza (2009) apresentaram quatro abordagens: sócio-histórica, construcionista, cognitivista e humanista. A abordagem sócio-histórica tem como principal representante Vygotski e está fundamentada epistemologicamente nos princípios do materialismo histórico e dialético (Souza, 2009). Segundo essa abordagem, a categoria significado remete ao coletivo e o sentido ao singular. Souza (2009) referenciando Vygotski (1991) expõe que:

os significados apesar de consistir na “zona mais estável dos sentidos”, são social e historicamente produzidos e, portanto, mutáveis. O significado é um componente indispensável da palavra, o qual é generalizável e compartilhado socialmente, já o sentido tem uma preponderância sobre o significado, e a cada palavra podem ser atribuídos diversos significados, os quais serão transformados em sentidos singulares de acordo com as emoções e necessidades que motivaram seu uso (p. 67).

Souza (2009), ainda citando Vygotski (1991), coloca que a “significação acontece nas interações sociais e diz respeito ao processo de produção de sentidos e aos significados por estes veiculados, aquilo que o signo representa para os sujeitos” (p. 66).

Ainda nessa abordagem teórica, Zanella (2004) afirma que os signos são determinados coletivamente, contudo apropriados individualmente, levando em consideração a época e o grupo social nos quais se originaram. Aguiar e Ozella (2006) colocam que o sentido é algo mais amplo que o significado, pois o sentido constitui a articulação dos eventos psicológicos que o indivíduo produz frente à realidade.

Na abordagem construcionista, entende-se que é com base na cultura e na linguagem que se produzem os significados e os sentidos sobre a realidade. Nessa perspectiva Souza (2009) afirma que:

o significado atribuído às coisas é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com situações e fenômenos a sua volta (p. 70).

Na abordagem cognitivista, há a prevalência do uso do termo significado, o qual é compreendido como uma cognição multifacetada, com componentes afetivo-cognitivos. Souza (2009) argumenta que:

os significados são componentes afetivo-cognitivos elaborados pelos indivíduos na inter-relação com a sociedade na qual se inserem, constituindo-se em elementos da cultura e, por consequência, em componentes fundantes da própria condição humana. Essa construção individual ocorre por meio da socialização, na qual o indivíduo apropria-se e recombina os elementos da realidade social e material, bem como das concepções de trabalho – oriundas das diversas formas de conhecimento do seu tempo histórico (p.65).

Por fim, a abordagem humanista privilegia o uso do termo sentido, entendendo que existem trabalhos com ou sem sentido para o sujeito. Morin (2001) acredita que para haver um trabalho com sentido é necessário ter envolvimento cognitivo e afetivo pela pessoa que o realiza, pois, de acordo com a relação que a pessoa estabelece com o seu trabalho, esse pode fazer sentido ou não.

Para Santos (2006), a razão dessa diversidade de formas de estudar o trabalho se dá porque:

está ligado ao fato de que a sua compreensão engloba investigação a respeito do que é valorizado no trabalho, assim como das funções desta atividade, das razões que levam os indivíduos a trabalhar, da relevância desta atividade na vida das pessoas, e, ainda, das relações do trabalhador com a sociedade, uma vez que o trabalho é físico e social ao mesmo tempo (p. 42).

De acordo com Souza (2009), os estudos a respeito do significado do trabalho vêm sendo desenvolvidos desde a década de 1980, por ser um dos elementos psicossociais do trabalho que permite compreender a percepção que a pessoa tem do seu trabalho. Borges e Tamayo (2002) também acreditam que os estudos acerca do significado do trabalho consolidaram-se a partir da década de 1980.

Lima (2003), Vilela (2003) e Varella (2006) expõem que os estudos acerca do significado do trabalho ganharam maior expressividade a partir das contribuições da pesquisa realizada pelo MOW (1987), sendo considerado por esses autores o principal marco teórico-metodológico sobre tal assunto.

Muitas das pesquisas sobre o significado do trabalho, no Brasil, foram desenvolvidas baseadas no instrumento desenvolvido pela equipe MOW, dentre elas podem ser citados Almeida (2006); Borges (1999); Borges e Yamamoto (2004). De acordo com Souza e Tolfo (2007), Tolfo e Piccinini (2007) e Bastos et al. (1995), os estudos desenvolvidos pela MOW, acerca do significado do trabalho, apresentaram como resultados as seguintes variáveis: centralidade do trabalho, crenças normativas do trabalho e valores laborais.

Souza e Tolfo (2007), Tolfo e Piccinini (2007) e Bastos et al. (1995) relatam que a centralidade do trabalho é caracterizada pelo grau de importância geral que este possui na vida de uma pessoa em determinado momento. A variável crença normativa do trabalho é definida como a relação que a pessoa estabelece com as normas socialmente aceitas acerca

do trabalho, ou seja, são os valores morais relacionados com o trabalho. Já os valores laborais relacionam-se com as finalidades que as atividades do trabalho possuem para a pessoa, respondendo à indagação acerca dos motivos que a levou a trabalhar.

Mediante Santos (2006), outro estudo de grande relevância, no Brasil, foi o de Borges (1998, 1999), pois contribuiu para a crítica, a revisão e o aprofundamento dos conceitos de significado do trabalho, tendo desenvolvido um modelo de estrutura cognitiva do significado do trabalho, em que é aprofundada a compreensão da estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho.

Os estudos de Borges (1999) definiram quatro categorias que compõem o significado do trabalho: centralidade do trabalho, atributos descritivos, atributos valorativos e hierarquia de atributos. A centralidade do trabalho refere-se à importância que a pessoa atribui ao trabalho, comparando-a com as outras esferas da vida: família, lazer, religião e comunidade. Os atributos valorativos são as características conferidas ao trabalho, as quais proporcionam um significado de como este deve ser. Os atributos descritivos designam o que o trabalho é concretamente, ou seja, é a realidade do trabalho realmente representada por cada pessoa. E a hierarquia de atributos se caracteriza pela organização dos diversos atributos valorativos e descritivos, segundo sua ordem de importância para cada pessoa.

Observa-se, na literatura, que os autores ora remetem ao sentido do trabalho, ora ao significado do trabalho. Isso ocorre porque alguns estudos tratam como sinônimos o conceito de sentido e de significado; em outros estudos, existem uma distinção acerca desses conceitos.

Tolfo e Piccinini (2007) argumentam que diferentes autores estudam a temática dos significados e sentidos do trabalho com base nas mais variadas vertentes epistemológicas. Essas mesmas autoras ressaltam que há autores que tratam do significado do trabalho

(MOW, 1987) como parte do mesmo construto (Borges, 1999) ou como parte que privilegiam os sentidos (Antunes, 1999; Morin, 2001). Assim, mesmo existindo vários estudos distintos sobre sentidos e significados, há algo em comum entre eles, pois, segundo Tolfo et al. (2005), são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas na realidade.

Levando-se em consideração a distinção entre sentido e significado, Tolfo et al. (2005) remetem o significado a construções formadas coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto; já os sentidos são uma produção pessoal decorrente da apreensão individual dos significados coletivos nas experiências cotidianas.

Tolfo e Piccinni (2007) relatam que os primeiros estudos acerca do sentido do trabalho foram desenvolvidos por dois psicólogos, Hackman e Oldhan, em 1975. Eles acreditavam que um trabalho que tem sentido é útil e importante para quem o realiza, além de apresentar três características fundamentais: (1) a variedade de tarefas que possibilita a utilização de competências diversas; (2) um trabalho não-alienante, em que o trabalhador consegue identificar todo o processo e perceber seu significado do trabalho; e (3) o retorno sobre seu desempenho nas atividades realizadas.

Morin (2001) corrobora as ideias de Hackman e Oldhan (1975) quando argumenta que o sentido do trabalho é uma estrutura afetiva composta por três componentes: (1) o significado, que se refere às representações que o indivíduo tem de sua atividade e o valor que lhe atribui; (2) a orientação, aquilo que ele busca e o que guia suas ações; e (3) a coerência, o equilíbrio que ele espera de sua relação com o trabalho.

Como Hackman e Oldhan (1975) e Morin (2001), Antunes (1999) também adota o termo sentido do trabalho. Antunes (1999) apresenta uma perspectiva sociológica acerca da relação entre sentido e trabalho na atualidade. Segundo ele, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido no trabalho.

Como visto, a compreensão do significado do trabalho engloba vários aspectos, entre os quais se mencionam o que é valorizado no trabalho, as funções da atividade, os motivos que levam os indivíduos a trabalhar, a relevância da atividade na vida das pessoas e as relações do trabalhador com a sociedade, uma vez que o trabalho é concomitantemente físico e social (Santos, 2006). Dependendo da maneira como o indivíduo atribui significado a esses aspectos, eles podem se constituir em fonte de prazer ou de sofrimento.

Percebe-se que o significado do trabalho é algo subjetivo, social e dinâmico e que com isso cada trabalhador tem um significado próprio a respeito do que é trabalho e do que é seu trabalho, além da importância que é dada a ele por si mesmo e pelos outros. Mediante o seu entendimento a respeito do significado do trabalho, ele pode vivenciar experiências de prazer ou sofrimento.

Portanto, faz-se necessário estudar o significado do trabalho para cada trabalhador e como esse perpassa a vida de cada um, para que com isso se possa identificar se essa atividade causa prazer ou sofrimento para ele, pois se sabe que para muitos o trabalho é concebido como algo central, não deixando espaço para outras vivências e experiências.

Por conseguinte o próximo capítulo abordará questões pertinentes ao prazer e ao sofrimento vivenciados no trabalho.

3. Prazer e Sofrimento no Trabalho

Sabe-se que o trabalho humano possui tanto valor econômico quanto valor cultural na vida de qualquer indivíduo, ou seja, o trabalhador constrói um significado para o seu trabalho, que pode ser de ordem positiva ou negativa. Os fatores positivos e negativos mesclam-se de acordo com as atividades e o grau de satisfação com que essas atividades são exercidas, tendo em vista que o trabalho está relacionado com a subjetividade e ocupa um lugar afetivo na vida dos trabalhadores.

Dias (2008) coloca que as vivências positivas e negativas no trabalho são questões subjetivas, pois segundo ele essas vivências são fruto da história individual da pessoa e de sua relação com esse trabalho. Por conseguinte, Dejours (1991) fala que essas vivências positivas e negativas no trabalho exercem influência nas funções psíquicas dos trabalhadores.

Dejours, Abodoucheli e Jayet (2009) expõem que, quando o indivíduo constrói o verdadeiro significado do seu trabalho, percebe nele sua identidade; possui autonomia e liberdade de expressar seus sentimentos e ideias e adquire condições de experimentar mais vivências de prazer, minimizando o sofrimento.

Mendes (1999) concorda com Dejours et al. (2009) quando afirma que o trabalho, além de propiciar o atendimento às necessidades materiais, também conduz a sentimentos de prazer, pois quando o indivíduo se percebe reconhecido e valorizado desenvolve uma identidade social com o seu trabalho.

Souza (2009) contribui, afirmando que:

o trabalho é uma atividade mediadora que faz o intercambio do indivíduo com o mundo, proporcionando uma identidade, uma auto-estima e um sentido de mais valia para aqueles que o exercem. Ele está intrínseca e extrinsecamente presente na

vida do ser humano, proporcionando prazeres e sofrimentos e se constituindo em sonhos para muitos que conseguem identificar e reconhecer o seu verdadeiro valor (p. 12).

Para Dejours, Dessors e Desrioux (1993), a atividade realizada pelo trabalhador não é apenas seu meio de vida, mas também um fator de status social, ou uma posição na sociedade. Ferreira e Mendes (2001, 2003) acreditam que a atividade realizada faz o papel de mediadora entre o sujeito e o contexto organizacional, tendo como parâmetro os objetivos a serem cumpridos. Assim, o sujeito que transforma seu meio também é transformado pelos resultados de seu trabalho.

O trabalho refere-se ao tempo significativo no qual a pessoa se empenha em atividades que serão realizadoras ou conflituosas. Assim, a forma como o trabalho é realizado permite a percepção da atividade como significativa ou não, influenciando o sentido particular que ela assume para cada sujeito. É a partir da construção deste sentido específico que emergem vivências de prazer e de sofrimento.

Antloga (2003) afirma que quando o trabalho é livremente escolhido leva a sentimentos positivos e propicia equilíbrio psicológico ao sujeito. Concordando com tal ideia, autores como Dal Bem, Carvalho, Souza e Felli (2005) colocam que, quando o indivíduo tem a possibilidade de escolher o tipo de trabalho que deseja realizar, ele tem mais chances de vivenciar situações agradáveis e com isso desenvolver mecanismos que facilitem superar as dificuldades advindas do próprio trabalho.

Dejours (1991) entende que o sofrimento no trabalho decorre exatamente da identificação das diferenças entre a situação desejada pelo indivíduo e a situação tal como se apresenta na realidade, ou seja, o sofrimento advém da falta de consenso entre o sujeito e a realidade imposta pelas condições de trabalho.

O sofrimento traz consequências e compromete outras áreas da vida do indivíduo e as relações sociais, familiares e afetivas. Além de inviabilizar a vida do indivíduo, o sofrimento pode, também, repercutir na produtividade das funções desempenhadas na organização de trabalho (Chanlat, 2007).

Pesquisas realizadas por Ferreira e Mendes (2003) confirmam que o sofrimento predomina quando as condições externas se impõem às possibilidades de os sujeitos negociarem seus desejos e/ou quando se exaurem as tentativas individuais e/ou coletivas de reação às adversidades do trabalho.

Desde a década de 1980, o tema prazer-sofrimento no trabalho tem sido estudado pela psicodinâmica do trabalho. Esta tem como finalidade entender como os trabalhadores conseguem manter o equilíbrio psíquico e manter-se na normalidade.

Para Ferreira e Mendes (2003) e Dejours (2004), a Psicodinâmica do Trabalho configurou-se como um estudo da saúde no trabalho, adotando como principal ponto de análise a dinâmica prazer-sofrimento, os processos intersubjetivos que sustentam as interpretações do trabalho pelos indivíduos e as estratégias de defesas individuais e coletivas utilizadas para ressignificar/superar as contradições vividas no contexto de trabalho.

Pesquisas realizadas por Mendes (1999) indicam que o prazer é vivenciado quando o trabalho favorece a valorização e o reconhecimento pela realização de uma tarefa significativa e importante para a organização e a sociedade. Essa valorização é o sentimento de que o trabalho tem sentido e valor em si mesmo e o sentimento de reconhecimento significa ser aceito e admirado no trabalho e ter liberdade para expressar sua individualidade.

Para Hernandes (2003), o prazer no trabalho é obtido mediante a livre escolha dele pelo indivíduo e com o reconhecimento desse indivíduo pelo resultado do seu esforço.

Mendes (1999) coloca que o prazer no trabalho é um dos elementos fundamentais para se estabelecer o equilíbrio psíquico e que esse prazer está “associado à liberdade de escolha que pressupõe apropriação consciente da sua história de vida e do contexto em que as relações de trabalho se estabelecem” (Mendes, 1999, p. 15).

Diante do exposto, o trabalho pode mostrar-se como fonte de prazer e indicador de saúde, na medida em que representa para o indivíduo a possibilidade de realização e construção da sua identidade pessoal e social, como argumentam Mendes e Morrone (2002, p. 27), “o ato de produzir permite um reconhecimento de si próprio como alguém que existe e tem importância para a existência do outro”.

Já as vivências de sofrimento, segundo Mendes (1999), aparecem associadas à subutilização do potencial técnico e da criatividade; rigidez hierárquica; ingerências políticas; centralização de informações; falta de participação nas decisões e não reconhecimento, além da pouca perspectiva de crescimento profissional. Dejours (2007) coloca que situações como colegas que criam obstáculos para a realização do trabalho; ambiente social ruim; trabalho individualizado com a sonegação de informações, prejudicando a cooperação e o trabalho em conjunto podem também causar sofrimento no trabalho.

O referido autor expõe também que o trabalho pode ser fonte de sofrimento e indicador de adoecimento quando está relacionado à precarização das condições de trabalho, a rigidez da organização do trabalho, ao conteúdo pouco significativo das tarefas e ao espaço inexistente ou limitado para discussão e mudança dessas condições (Dejours, 1991).

Dejours (1991) afirma ainda que o sofrimento no trabalho decorre da inadequada vivência de três fatores: o conteúdo significativo do trabalho, o conteúdo simbólico e o

conteúdo ergonômico. Portanto, é necessário que o trabalho seja significativo, represente algo que se conheça e que as condições físicas e ambientais sejam adequadas à saúde.

Além disso, Dejours (1996) acredita que o sofrimento no trabalho está associado a aspectos relacionados à história singular do sujeito e a aspectos relativos à situação atual.

De acordo com Dejours (2007), a vivência de prazer no trabalho é individual e/ou compartilhada, e o foco é uma experiência de gratificação. Essa experiência é proveniente da satisfação dos desejos e necessidades e da mediação bem-sucedida dos conflitos e contradições gerados em determinados contextos. Dejours (2007) argumenta também que o prazer no trabalho é um dos caminhos para a saúde, uma vez que possibilita ao indivíduo a criação da identidade pessoal e social.

Já para Ferreira e Mendes (2003), a vivência do prazer origina-se do bem-estar que o trabalho causa no corpo, na mente e nas relações com o outro. Essa vivência se manifesta por meio de gratificação, da realização, do reconhecimento, da liberdade e da valorização no trabalho, constituindo-se como um dos indicadores de saúde.

De acordo com Dejours (1991, 2007), o sofrimento configura-se como uma vivência de experiências dolorosas, como angústia, medo e insegurança, provenientes de conflitos e de contradições originados do confronto entre desejos e necessidades do trabalhador e as características de determinado contexto. Assim, o sofrimento instala-se quando a realidade não oferece possibilidades de gratificação dos desejos desse trabalhador.

Mendes e Marrone (2002) sustentam a ideia de que sofrimento pode ser descrito como um desconforto associado a sentimentos de desprazer e de tensão e “decorre do confronto entre a subjetividade do trabalhador e as restrições das condições socioculturais e ambientais, relações sociais e organização do trabalho” (p. 27).

Verifica-se, então, que a discrepância entre tarefa prescrita e atividade real traz consequências para a organização do trabalho, fazendo com que o sujeito se coloque em estado de esforço contínuo para dar conta da realidade, muitas vezes, incompatível com seus investimentos psicológicos e seus limites pessoais, gerando sofrimento.

Dejours et al. (2009) distinguem dois tipos de sofrimento: o criativo e o patogênico. O sofrimento criativo é quando o indivíduo produz soluções benígnas à sua saúde; e sofrimento patogênico é quando o indivíduo produz soluções desfavoráveis à sua vida. Este último surge quando todas as possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e gestão da forma de organizar o trabalho já foram tentadas, ou melhor, quando somente pressões fixas, repetitivas e frustrantes configuram uma sensação generalizada de incapacidade.

Todavia, quando as ações no trabalho são criativas, possibilitam a modificação do sofrimento, contribuindo para uma estruturação positiva da identidade, aumentando a resistência da pessoa às várias formas de desequilíbrios psíquicos e corporais. Dessa forma, o trabalho pode ser o mediador entre a saúde e a doença e o sofrimento, criador ou patogênico.

De acordo com Chanlat (2007), para o indivíduo enfrentar as pressões advindas do trabalho e evitar o sofrimento é necessário considerar dois aspectos fundamentais na relação estabelecida entre o indivíduo e a organização: de um lado, o encontro entre o imaginário que é produzido pelo sujeito e o registro da realidade produzido pela situação de trabalho. Dessa forma, é possível compreender que o indivíduo é dotado de uma subjetividade provida de sentimentos, emoções e percepções e que nem sempre consegue corresponder e adaptar-se aos desejos da organização, sem alterar o seu bem estar físico, social e mental.

Para Mendes (2004), as vivências de prazer e sofrimento no trabalho são decorrentes da interação de três diferentes dimensões que se interligam e coexistem: a subjetividade do trabalhador - indivíduo singular, com história de vida, desejos e necessidades; a organização do trabalho - imposições de eficácia, normas e padrões de condutas; e a coletividade - relações entre pares e hierarquia, normas e valores de convivência social no trabalho.

Além disso, Mendes (2003), citada por Antloga (2003), defende a existência de dois indicadores para o prazer e dois indicadores para o sofrimento. Segundo a mesma autora, os indicadores de prazer são a realização, que é caracterizada pelo sentimento de gratificação, orgulho e identificação com o trabalho que supre as necessidades pessoais; e a liberdade que se caracteriza pelo sentimento de estar livre para pensar, organizar e falar sobre o trabalho.

Como indicadores de sofrimento, Mendes (2003), citada por Antloga (2003), apresenta o desgaste e a desvalorização. O desgaste é apresentado como o sentimento de desânimo, cansaço, ansiedade, frustração, tensão emocional, sobrecarga e estresses no trabalho; a desvalorização está associada aos sentimentos de insegurança diante das pressões para atender as exigências advindas do trabalho.

Para finalizar, Heloani e Capitão (2003) colocam que as vivências de prazer e de sofrimento são inerentes ao trabalho, podendo, contudo, haver prevalência de um sobre o outro a depender do contexto de trabalho. Mendes e Morrone (2002) complementam tal ideia, argumentando que o indivíduo sempre está em busca do prazer e da resignificação e/ou ausência do sofrimento para, assim, manter seu equilíbrio psíquico.

Assim, a organização do trabalho deve incorporar argumentos relativos à convivência, ao viver em comum, às regras de sociabilidade, ou seja, ao mundo social do

trabalho e aos argumentos relativos à proteção do ego e à realização do ego, ou seja, à saúde e ao mundo subjetivo.

O prazer e o sofrimento vivenciados no trabalho que tanto se falou nesse tópico, bem como o significado do trabalho, mencionado anteriormente, foram investigados na feira de roupa. Por isso faz-se necessário entender o trabalho informal e o trabalho na feira. Diante disso, o próximo capítulo tratará desses assuntos.

4. Trabalho Informal e Feiras

A fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do estudo em questão, faz-se necessário esclarecer o que se compreende por atividade informal, pois o referido estudo se dará no âmbito da feira. No presente estudo, não se tem o objetivo de traçar uma discussão sobre tal conceito, mas caracterizá-lo a fim de possibilitar melhor entendimento entre as variáveis do estudo (significado do trabalho, prazer e sofrimento) e esta categoria de trabalhadores.

4.1 – Trabalho Informal

A compreensão conceitual a respeito da informalidade sugere a análise da trajetória histórica do próprio conceito, uma vez que ele surge e se modifica para atender as metamorfoses do mundo do trabalho que vêm provocando o desenvolvimento de modalidades alternativas ao emprego formal.

Para compreender a informalidade, é necessária uma explanação e respeito dessa metamorfose do mundo do trabalho, pois, como argumentam Gonçalves e Thomaz Júnior (2002), ao mesmo tempo em que se observa um avanço crescente da utilização de novas técnicas e o emprego da ciência no processo produtivo, presencia-se também o crescimento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho.

Os autores ainda expõem que as transformações geradas por essas mudanças (novas técnicas, novas políticas de gestão e controle do processo produtivo) acarretam uma grande transformação não somente no mundo do trabalho, mas denunciam uma imensa quantidade de mudanças que perpassam e redimensionam todas as esferas da sociedade, sejam políticas, sociais, ideológicas ou culturais (Gonçalves & Thomaz Júnior, 2002).

Alves e Almeida (2009) relatam que as mudanças ocorridas, no final do século XX, no plano econômico, político e social, comprometeram o modo de vida e de trabalho de milhões de pessoas. De acordo com os autores, nesse período, presenciou-se a globalização

financeira e a reestruturação produtiva no setor industrial e de serviços e transformações geográficas da produção e das formas de gestão.

Alves e Almeida (2009) alegam que essa nova forma de vida e de trabalho encontra explicações na acumulação flexível e no modelo de gestão japonês. Para eles, as empresas que se baseavam no modelo fordista tiveram que se mobilizar para ganhar espaço nesse novo cenário competitivo, reorganizando sua forma de trabalhar. Devido a essa situação, surgem as subcontratações da força de trabalho, tendo como objetivo a maior flexibilidade à organização, desencadeando o desemprego, ao destruir/reconstruir os meios de trabalho através de novas-velhas formas de precarização (Alves & Almeida, 2009).

De acordo com Alves e Almeida (2009), nesse cenário, o trabalho se caracteriza por polivalência e multifuncionalidade do trabalhador, ou seja, é exigido do trabalhador que ele seja flexível e criativo, pois essas características darão a ele empregabilidade. Esse novo trabalhador deve possuir estratégias para negociar suas capacidades de trabalho, pois importante agora é a busca do imediato e a valorização do sucesso como resultado do esforço de cada um.

Barreto (2003) argumenta que, no final do século XX, muitos teóricos da Sociologia do Trabalho assinalaram um agravamento das relações de exploração do capital sobre o trabalho humano, levando esta condição ao seu mais elevado nível de precarização. Barreto (2003) coloca ainda que as relações de trabalho acabaram assumindo e desenvolvendo novas formas de inserção e de sobrevivência nesse sistema capitalista. Dentre estas transformações, uma, denominada de informalidade, aparece como um fenômeno central para a compreensão deste novo cenário.

Cacciamalli (2000) acredita que, mediante as mudanças estruturais ocorridas no âmbito global, dentre elas a redefinição das relações de produção, das formas de inserção

dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições, surge o processo de informalidade.

Correa e Lopes (2009) expõem que, com a crise do mercado de trabalho que atingiu o Brasil a partir da década de 1990, observou-se uma elevação das ocupações informais. Para as autoras, isso ocorreu devido a esse período apresentar recessão, seguida de políticas anti-inflacionárias que mantiveram lento o crescimento da atividade econômica, bem como as crises financeiras, e as mudanças estruturais como a abertura comercial e financeira, a reestruturação produtiva, a privatização, a ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços e a queda do emprego industrial que modificaram a dinâmica do mercado de trabalho.

Segundo Ramos (2002), Sabadini e Nakatani (2002), a participação dos empregos informais, que já vinha crescendo desde 1980, aumentou expressivamente na década de 1990, quando o grau de informalidade, que era de 36,6% da população ocupada em 1986, pulou para 40% em 1991 e ultrapassou os 59% em 1999.

De acordo com Mattoso (1999) e com Pochmann (2001), o ano de 1999 se caracterizou por apresentar 12 milhões de brasileiros trabalhando sem registro em carteira, além de o desemprego atingir 1 em cada 5 brasileiros, e outros 2 trabalhavam no mercado informal, com emprego de curta duração, em condições precárias e sem contribuir com a Previdência, exercendo atividades de sobrevivência ou subemprego.

Dessa forma Cacciamalli (1983), Chahad (1988) e Mattoso (1999) acreditam que o mercado de trabalho divide-se em formal e informal; para eles o mercado formal é aquele que atende as relações contratuais de trabalho, na maioria, determinadas pelas forças de mercado e regulada por legislação específica.

Já o mercado informal, para autores como Caciamalla (2000), Chahad (1988) e Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2004), é caracterizado por prevalecer o mínimo de

intervenção do governo, por não cumprir as leis, especificamente as trabalhistas e as fiscais, e por não apresentar contratos registrados legalmente, além de não ter nenhuma definição clara de função, horas trabalhadas, descanso semanal, dentre outras informações.

Mediante essa nova situação, Pochmann (2004) salienta que as possibilidades de trabalho são muito difusas, devido a toda essa transformação no sistema capitalista. Segundo Pochmann (2004), uma das características desse momento é a incerteza inerente a esse sistema e o crescimento da insegurança no mundo do trabalho. O autor continua argumentando que, devido aos fatos citados, as novas ocupações não têm acesso aos mecanismos de proteção social e trabalhista, determinando com isso que direitos de estabilidade sejam trocados por ocupações de segunda categoria, indicando com isso a precarização de partes dessas novas ocupações.

Cacciamalli (2000) ressalva que as novas formas de contratação, dentre elas cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra, prestação de serviços temporários, dentre outras apresentam insegurança na relação de trabalho, ausência de regulação laboral, uso flexível do trabalho e salários menores.

Para Antunes (1999) a classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, sofreu mutações: é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção.

Além disso, Antunes (2010) argumenta que o trabalho mais formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo os trabalhos terceirizados, o cooperativismo, o empreendedorismo, o trabalho voluntário, dentre outros.

Souza (2009) relata que atualmente, existem diversos tipos de contratos informais (trabalhos familiares, subcontratações, ambulantes) e que tais contratos resultam em condições de precariedade e de não acesso a benefícios e vantagens trabalhistas que fazem parte da realidade dos empregados sem carteira assinada.

É nesse processo de precarização do trabalho que se observa a expansão das atividades ligadas à economia informal, que passam a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho.

Hirata e Machado (2007) apontam que os indivíduos podem entrar no mercado informal por diversos motivos: pelo histórico familiar, pela busca de uma jornada de trabalho flexível, pelo controle do seu próprio negócio e pela oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Continuam expondo que os indivíduos podem entrar na informalidade também por uma estratégia de sobrevivência, isto é, uma alternativa à falta de melhores oportunidades de emprego, ou seja, como forma de aliviar ou evitar a pobreza.

Mas, o que é trabalho informal? Quando e como surgiu?

As discussões e os estudos acerca do tema trabalho informal têm sido largamente realizadas por diversos campos das ciências sociais, na tentativa de edificar uma caracterização mais precisa que possibilite a ampliação dos conhecimentos e o melhor entendimento sobre o fenômeno, contudo ainda hoje permanecem várias questões e confusões a respeito deste tema.

Noronha (2003) ressalta que o que distingue o trabalho formal do informal é de ordem jurídica, ou seja, o que caracteriza o trabalho informal é não possuir carteira assinada e conseqüentemente todos os direitos a ela vinculados.

Melo e Teles (2000) argumentam que:

o segmento formal apresentaria as seguintes características: defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio da escolaridade formal; atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc. Para o setor informal, as características seriam contrárias às anteriores: há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados (p. 3).

Para a Organização Internacional do Trabalho - OIT (1993), o setor informal é caracterizado como um conjunto de unidades que produzem bens e serviços e tem como prioridade criar emprego e renda para as pessoas envolvidas. Considera também o trabalho informal como aquele em que os empregados não se beneficiam de proteção social, garantia de segurança e dos correspondentes direitos de representação perante o Estado e expõem o trabalhador às condições precárias de trabalho (Souza, 2009).

Pamplona (2001) revela que o setor informal admite uma dinâmica própria, com atores sociais específicos, atividades variadas e relações diferenciadas de compra e venda para públicos diversificados. O mesmo autor coloca ainda que as categorias que compõem o setor informal são trabalhadores autônomos, empregadores com até cinco empregados, trabalhadores domiciliares, trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira assinada e empregados domésticos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003), o setor informal é caracterizado por unidades econômicas, não agrícolas, que têm como objetivo a

geração de renda, além de produzir em pequena escala, com pouco ou nenhum nível de organização, e a não distinção entre capital e trabalho.

De acordo com Ferreira (2007), o setor informal compreende as unidades produtivas, com base familiar, o trabalho autônomo e empregos domésticos, não predominando o trabalho assalariado e a ausência da legislação trabalhista. Sendo assim, o setor informal “abrange o conjunto de atividades autônomas destinadas à produção e à prestação de serviços, caracterizando o trabalho informal como trabalho por conta própria”. (Ferreira, 2007, p. 29).

Segundo Goularte (2008), o conceito de informalidade não supõe um consenso entre os pesquisadores; pode-se assim pensar o setor informal em relação à sua precariedade e pobreza, produzida pelos baixos rendimentos e pouca diferenciação entre capital e trabalho; a sua força e intensidade nos centros urbanos; ao não cumprimento da legislação trabalhista, e, ainda, a ilegalidade do mesmo e o grau desta, de acordo com a ocupação (p. 13).

A referida autora ainda complementa seu pensamento argumentando que: ponto em comum entre as diferentes interpretações sociológicas é de que não há uma homogeneidade do fenômeno informalidade, visto as diversas ocupações e o grau de desenvolvimento destas. Por esse motivo tal conceito encontra-se em meio a constantes discussões teóricas e divergentes práticas políticas, pois sua definição é imprecisa e controversa, dependendo do local em que as variadas falas sobre o tema são expressas e produzidas, assim como as interferências, estratégias e respostas a um jogo de forças e poderes, claramente diferenciais entre os atores envolvidos (Goularte, 2008, p. 13).

Para Machado da Silva (1993), os primeiros estudos e, conseqüentemente, as primeiras ideias a respeito do tema informalidade são atribuídas aos economistas da

Organização Internacional do Trabalho - OIT, a partir de pesquisas realizadas no início dos anos 1960, que tinham como finalidade fundamentar reflexões sobre o desenvolvimento econômico de alguns países do continente africano.

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) e Ferreira (2007) concordam com a ideia de Machado da Silva (1993) quando expõem que as primeiras tentativas de conceituar o setor informal foram no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, quando técnicos da OIT realizaram duas pesquisas sobre o tema da informalidade: uma na África, sobre o Quênia; outra na República Dominicana. Ferreira (2007) coloca ainda que quem primeiro utilizou o conceito de informalidade foi Keith Hart, no ano de 1971, devido aos resultados da pesquisa no Quênia. A referida autora também cita estudos realizados pelo Programa Regional Del Empleo para a América Latina Y El Caribe – PREALC.

Segundo Filgueiras et al. (2004), o primeiro conceito de informalidade é dado como:

um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalista, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes (p. 213).

De acordo com Machado da Silva (1993), o debate sobre a informalidade, nos anos de 1960, estava vinculada ao estudo das formas de aproveitamento do trabalho, que nas economias subdesenvolvidas estava vinculada à instabilidade e ao baixo nível de produtividade e de remuneração, obrigando os trabalhadores a ter dupla jornada de trabalho, levando trabalhos para casa para satisfazerem parte de suas necessidades.

Na década de 1970, segundo Forbes (1989), os elementos do trabalho informal são modificados pelo rápido crescimento demográfico das cidades, nos países de terceiro

mundo. Com isso, o trabalho informal, além de ter as características citadas acima, passa a ser compreendido como o setor da economia que acolhe os trabalhadores incapazes de serem absorvidos pelos setores produtivos mais importantes da economia.

No final dos anos de 1970, ressaltam Filgueiras et al. (2004), o conceito de informalidade é modificado, passando agora a ser “atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas, com relação às normas e regras instituídas pela sociedade” (p. 214).

Na década de 1990, devido ao processo de globalização e de reestruturação produtiva, verificam-se, segundo Filgueiras et al. (2004), altas taxas de desemprego e um aumento da precarização do trabalho e do emprego, com o crescimento das atividades não regulamentadas e do trabalho por conta própria. Devido a esse novo contexto, surge o conceito de “nova informalidade”, “caracterizada pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articulados ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade” que são por eles redefinidas” (Filgueiras et al., 2004, p. 215).

Filgueiras et al. (2004) relatam que, no primeiro conceito de informalidade, esta foi abordada a partir das relações do trabalhador com os meios de produção, ou seja, predomina a concepção da informalidade ligada ao setor econômico. Já no segundo conceito, a informalidade se refere tanto a atividades e formas de produção quanto a relações de trabalho consideradas ilegais. Na “nova informalidade”, terceiro conceito, a informalidade se insere nos conceitos de ilegalidade e/ou atividades e formas de produção. (Filgueiras et al., 2004).

Os estudos de Ferreira (2007) apontam para a predominância de dois enfoques a respeito do tema setor informal. Segundo a referida autora, existem os estudos que privilegiam os aspectos econômicos e consideram a lógica do mercado como determinante da inserção da informalidade e estudos que privilegiam os aspectos de cunho social, em

que são consideradas as preferências individuais dos trabalhadores como determinantes das opções de trabalho. Ela complementa seu pensamento, dizendo que os dois enfoques não são divergentes, mas que se complementam, já que vivem numa mesma estrutura econômica.

Ferreira (2007) argumenta que os autores que defendem o setor informal na perspectiva econômica partem do pressuposto de que “o aumento do setor informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista, onde o trabalhador informal seria obrigado a sujeitar-se a qualquer tipo de atividade para poder sobreviver” (p. 42). Ele complementa sua ideia, afirmando que nessa perspectiva o setor informal é “analisado sob a ótica de produção capitalista, vendo-o como parte da esfera produtiva decorrente do setor formal” (p. 42).

Autores dessa vertente, como Cacciamalli (1999), revelam que as atividades do setor informal são caracterizadas por longas jornadas de trabalho, pequenas remunerações e nenhuma qualificação técnica.

Noronha (2003) acredita que o setor informal, na abordagem econômica, possui três vertentes: a velha informalidade, a informalidade neoclássica e a nova informalidade. A velha informalidade (anos 60-70) é caracterizada pela “transição econômica geradora de uma massa de desempregados, subempregados ou trabalhadores informais, oriundos das áreas rurais.” (Ferreira, 2007, p. 43). A abordagem neoclássica refere-se à década de 1990 e é caracterizada “por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho” (Noronha, 2003, p. 119). Já a abordagem da nova informalidade caracteriza-se por apresentar duas visões: a negativa, que se refere às mudanças no mundo do trabalho, culminando no desemprego e no emprego precário; e a positiva, que se caracteriza por representar uma mudança estrutural nas relações de trabalho. (Ferreira, 2007).

A outra vertente dos estudos de Ferreira (2007) é a abordagem sociocultural, caracterizada por achar que o trabalho informal é “uma escolha consciente para a maior parte dos componentes deste tipo de atividade” (p. 44). De acordo com essa perspectiva:

as pessoas que exercem atividades informais, geralmente por não terem outra fonte de renda a não ser aquela fruto do exercício de atividades, renovam sua condição de sobrevivência ou de vida. Assim, em diversos espaços urbanos, as mudanças nas formas de organização da produção são cada vez mais direcionadas para os pequenos estabelecimentos informais, que configuram as novas alternativas de geração de trabalho e renda. Portanto, a solução do desemprego não é o emprego, mas o trabalho em suas diversas formas. (Ferreira, 2007, p. 44).

Antunes (2010) caracteriza a informalidade em três modalidades: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria.

De acordo com Alves e Tavares (2006), citados em Antunes (2010), os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos em atividades de baixa capitalização, que busca obter uma renda para o consumo individual e/ou familiar. Nessa atividade, esses trabalhadores vivem de sua força de trabalho, podendo utilizar como auxílio o trabalho familiar ou de ajudantes temporários. Já os trabalhadores informais assalariados sem registro são aqueles que perderam o estatuto de contratualidade, excluindo-se do acesso das resoluções dos acordos coletivos de sua categoria. Segundo os mesmos autores, os trabalhadores informais por conta própria são os produtores simples de mercadorias, que contam com a sua força de trabalho ou a de seus familiares e que podem subcontratar força de trabalho assalariada.

Para Barreto (2007), a economia informal sempre foi, na estrutura das grandes cidades, um fenômeno secundário ligado à pobreza e ao trabalho desqualificado, contudo,

numa nova visão, a informalidade deixa de ser uma válvula de escape para resolução de problemas de geração de emprego e passa a assumir a posição de fenômeno de adaptação da sociedade aos novos requisitos da organização informacional.

Castro, Castro e Laurias (2009, p. 48) verificam que as feiras são um exemplo disso, quando colocam que elas “aderem à informalidade como uma opção paralela ao mercado de trabalho formal”.

Perante as referências teóricas citadas, percebe-se que existe uma clara dificuldade analítica acerca do conceito do que seja informalidade, contudo existe um conceito que define bem a informalidade na feira. Essa definição é de Goularte (2008):

a informalidade pode ser compreendida e interpretada não apenas como território do desemprego, mas como alternativa real de vida e trabalho, espaço de sociabilidades e identidades, no qual os atores constroem significados próprios, distintos e compartilhados. Sentidos forjados em lutas cotidianas por suas trajetórias/identidades individuais e coletivas, construídas e inscritas no fluxo contínuo das incertezas, mudanças e transitoriedade imposta pelo social e político que atua no sujeito, em tempo e espaço determinado (p. 22).

Alves e Almeida (2009) revelam que, no Brasil, existe um grande número de pessoas ocupadas em atividades precárias, por conta própria ou emprego assalariado sem carteira, sem quaisquer vínculos empregatícios formalizados e direitos trabalhistas. Para esses autores, o trabalho na feira é um exemplo típico dessa situação, pois a feira “é um lugar onde mostra uma diversidade de aspectos da realidade material da sociedade como um todo” (Alves & Almeida, 2009, p. 238).

De acordo com os estudos de Menezes (2005) e Souza (2009), a feira é caracterizada pela informalidade. Souza (2009) expõe que a feira é um local em que as

relações de trabalho acontecem de forma informal e precária, não possibilitando garantia de futuro para aqueles que ali trabalham.

Diante da leitura da bibliografia, fica evidente que o trabalho na feira pode, em alguns casos, exigir dedicação total do trabalhador para que consiga atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência; noutros casos, há a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador, para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo para a sua manutenção.

4.2 - Feiras

As feiras caracterizam-se por apresentar origem milenar e por estarem presentes em quase todas as sociedades, sendo espaço de comercialização e de socialização. De acordo com Boechat e Santos (2011), as feiras têm como objetivo fundamental “promover trocas de mercadorias entre pessoas de diferentes lugares, com diferentes produtos” (p. 3).

Boechat e Santos (2011) colocam que a origem das feiras foi impulsionada pelas Cruzadas, pois naquela época era necessária “uma forma de atividade comercial que atendesse às necessidades dos comerciantes e viajantes” (p. 3).

Boechat e Santos (2011) ainda colocam que a feira iniciou itinerante, mas com o passar do tempo surgiu a necessidade de um local fixo que promovesse a opção de encontrar todos os produtos e que estivessem disponíveis para trocas e comércio.

Percebe-se com isso que as feiras foram criadas devido à necessidade de trocar as mercadorias tidas como excedentes de produção. Contudo, atualmente, as feiras têm diversificado seus produtos e não são mais realizadas como forma de comercializar os excedentes de produção.

Para Castro et al. (2009), as feiras mantiveram-se imbatíveis diante de outras formas de comércio durante séculos, devido à qualidade de seus produtos, à transparência na relação de troca e à possibilidade de pronta entrega e preços baixos.

Amaral (2008) expõe que as feiras são citadas na história de diferentes culturas, porém não se pode garantir onde nem quando surgiram. O referido autor relata que as feiras são apresentadas de diversas formas, em termos de ocupação de espaço, da exposição e da venda de produtos, contudo sua função e sua finalidade permanecem inalteradas, isto é, “nos espaços públicos, mantém-se a relação social e, do lado da troca comercial de seus produtos, a relação de consumo” (Amaral, 2008, p. 4).

Almeida, Theóphilo e Costa (2008) atribuem a oficialização das feiras à Idade Média, pois segundo os autores foi em Roma que se estabeleceram as regras de criação e funcionamento destas, tendo o Estado como principal disciplinador, fiscalizador e cobrador de impostos.

Souto Maior (1995) assegura que muitas das cidades do Ocidente europeu surgiram mediante as feiras, pois, no século XVI, o descobrimento e a expansão da civilização europeia se deram devido à concorrência comercial (Souto Maior, 1995). Castro et al. (2009, p. 47) complementam a ideia de Souto Maior (1995) quando expõem que “o movimento da feira fez surgir o intercambio cultural entre os povos”.

No Brasil, as feiras existem desde o tempo da colônia até atualidade, resistindo a todas as modificações e transformações evidenciadas durante esse período. Almeida et al. (2008) e Souza (2009) argumentam que, para muitas cidades do interior, a feira é o único local de comércio da população e o centro de educação, cultura e entretenimento.

Dantas (2007) relata que as feiras se manifestam como uma das atividades mais antigas e tradicionais do mundo, tendo a sua propagação acontecido com o crescimento das relações comerciais e o renascimento urbano com a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

Segundo o mesmo autor, as feiras são caracterizadas por abrangerem diferentes espaços, podendo ser locais ou regionais, além de serem vistas como principais

fornecedoras de produtos de primeira necessidade. São também “o lugar de encontros e reencontros, das conversas, das manifestações populares, da sociabilidade em todas as suas dimensões, e um espaço onde as pessoas realizam diversas estratégias de sobrevivência e o local onde o capital comercial exerce domínio” (Dantas, 2007, p. 18).

Dantas (2007) argumenta ainda que o termo feira, na língua portuguesa, origina-se da palavra latina “*feria*”, que significa “dia de festa” e é normalmente utilizada para designar um lugar público, frequentemente, descoberto onde se vendem mercadorias.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, a expressão feira refere-se ao “local onde se expõem e vendem mercadorias. Local onde se vendem frutas, legumes e outros produtos alimentares” (Ferreira, 1986, p. 543).

Mascarenhas (2005) conceitua as feiras como uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição de gêneros alimentícios e produtos básicos.

Para Godoy e Anjos (2007), as feiras são uma tradicional modalidade periódica de comércio varejista, dispersas no espaço e no tempo, cada qual com a sua relevância e magnitude peculiar.

Amaral (2008) coloca que a função da feira vai além da venda e troca de mercadorias. Para o autor, a feira “além de oferecer uma infinidade de produtos para a troca, desde os mais simples aos mais sofisticados, têm também a propriedade de aproximar, integrar e socializar diversos grupos sociais num mesmo espaço público” (Amaral, 2008, p. 5). Ainda coloca que a feira “é um espaço que garante a manutenção de vínculos sociais, sendo considerado lugar de intensa comunicação e de múltiplas linguagens” (Amaral, 2008, p. 7).

Menezes (2005, p. 38) em seus estudos revela que a feira pode ser “uma poesia do cotidiano ou uma fria imagem das durezas do dia-a-dia”, ou seja, para alguns a feira é um passeio; para outros é o lugar da labuta, da fadiga ou simplesmente da instabilidade humana.

Menezes (2005) afirma que cada feira tem característica própria, possui sua particularidade e imprime nos indivíduos que dela participam sua marca. O referido autor ainda expõe que quanto mais se conhece a feira mais se penetra numa profusão de sentidos, mais se desvendam “suas formas e seus sentidos, seu lado lúdico, seu encantamento e desencantamento, seu lado profano, sua lógica e seu caos, sua antiguidade e sua modernidade” (Menezes, 2005, pp. 38-39).

Para Menezes (2005), a feira se reveste de significados, apropria-se do saber, assume condição de encontro e desencontro, expressando em suas paisagens o contraste do cotidiano de quem trabalha e de quem passa por ela. Ele relata também que o trabalho na feira é instigante, revelando uma verdadeira teia de relações.

Souza (2009) constata que na feira existe várias formas de organização do trabalho nas quais os trabalhadores nela inseridos produzem significados para suas vidas como sujeitos do trabalho, ao mesmo tempo em que sobrevivem às condições precárias de trabalho e produzem diferentes significados para esse trabalhar.

Então, considerando-se a importância de uma ampla reflexão acerca das diversas formas de ocupação e tendo em vista o forte crescimento do mercado informal, o trabalho na feira torna-se um objeto de estudo relevante, a fim de se conhecer a situação do trabalho sob condições informais, os significados atribuídos ao trabalho e as vivências de prazer e de sofrimento.

4.2.1- A feira da rua José Avelino.

De acordo com Costa (2012), o comércio informal, no centro de Fortaleza, estabeleceu-se de forma rápida e como uma saída para os trabalhadores que necessitavam de uma atividade para sobreviver.

Costa (2012) expõem que as leis que regulamentam o comércio ambulante datam de 1981 e 1994 e que o decreto que rege o comércio ambulante da cidade de Fortaleza é o 9.300, de 17 de janeiro de 1994. Segundo esse decreto, vendedores ambulantes são definidos como “aqueles que comercializam cigarros e bombons, confecções em geral, miudezas, bijuterias, discos e fitas video-cassetes usadas, fichas telefônicas, carnê de sorteio” (Costa, 2012, p. 70).

As feiras de roupas que acontecem em Fortaleza se caracterizam pela informalidade (Silva, Santos & Silva, 2010) e por apresentarem produtos simples e de baixo preço acessíveis a camadas menos abastada. Um exemplo de feira, nessa cidade, é a Feira da Sé, hoje conhecida como feira da rua José Avelino.

A Feira da Sé, segundo Silva et al. (2010), teve início próximo ao Mercado Central, em frente à Catedral de Fortaleza, como um pequeno aglomerado de artesãos que comercializavam sua produção, na madrugada das quartas-feiras para as quintas-feiras e de domingo para as segundas-feiras. Essa feira caracterizou-se por atrair produtores e intermediários de produtos artesanais, industriais, regionais e nacionais, transformando-se em uma referência nacional no comércio de confecção.

Após alguns conflitos com a Prefeitura, a Feira da Sé foi transferida para a cidade de Maracanaú, contudo alguns feirantes não aderiram à proposta e ficaram locados em galpões da rua José Avelino, no centro de Fortaleza, motivo pelo qual hoje é conhecida como Feira da rua José Avelino.

De acordo com o presidente da Associação dos Feirantes Autônomos de Fortaleza, a feira existe há mais de dez anos, comercializando confecção e afirmando Fortaleza como um polo têxtil (Silva et al., 2010). Essa feira possui ainda influência regional, e a maioria de seus compradores são oriundos dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco, além de países como Guiana Francesa e Cabo Verde.

Segundo Sato, Santos, Maciel e Matos (2010), a feira da rua José Avelino comercializa roupas manufaturadas por pequenas confecções formais e informais, em três galpões que congregam cerca de 400 bancas cada um, funcionando aos domingos e às segundas-feiras.

5. Metodologia

De acordo com Barros e Lehfeld (1986), a metodologia é entendida como a disciplina que examina e avalia as técnicas de pesquisa e a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à apreensão e ao processamento de informações; tem como finalidade a resolução de problemas de investigação.

Assim, após a construção teórica acerca do tema deste estudo, detalha-se neste capítulo o método e as técnicas utilizadas para a elaboração da presente trabalho. Barros e Lehfeld (1986) acreditam que o método é o caminho ordenado e sistemático para se chegar a um fim, e a técnica é entendida como a forma de aplicar o método, representando assim a maneira de alcançar um objetivo bem definido.

Este estudo trabalhou tanto com o método quantitativo como com o qualitativo. O método quantitativo foi utilizado para a aplicação de um inventário, com o objetivo de mensurar e avaliar o significado do trabalho para os trabalhadores da feira de confecção. A abordagem qualitativa foi constituída de entrevistas semiestruturadas, com as quais se buscou interpretar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho a partir da fala dos sujeitos da pesquisa.

Segundo Vergara (2005), o estudo quantitativo caracteriza-se pela “objetividade, pelos critérios probabilísticos para a seleção das amostras, pelos instrumentos estruturados para a coleta, e pelas técnicas estatísticas para o tratamento dos dados” (p. 257). Esse estudo, continua a autora, tem como fundamento identificar relações entre variáveis.

Já o estudo qualitativo, relata Vergara (2005), considera a “subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos” (p. 257) Para a autora, as amostras, nesse tipo de estudo, são intencionais; os dados são coletados por técnicas pouco estruturadas e tratados por meio de análise de cunho interpretativo.

A escolha por utilizar o método quantitativo e qualitativo na pesquisa tem o caráter de complementaridade e se traduz na tentativa de buscar uma visão mais abrangente acerca do significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções e o prazer e o sofrimento vivenciados por elas.

5.1 - Tipo de Pesquisa

Para que uma pesquisa seja reconhecida cientificamente, é necessário adotar procedimentos adequados e sistematizados que confirmem a validade do fenômeno pesquisado. Segundo Gil (1994) “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos” (p. 27) e seu objetivo é desenvolver um trabalho científico que responda ao problema de pesquisa.

Minayo (2000) compreende por pesquisa o ato básico de a ciência indagar e descobrir sobre a realidade; é uma atitude e uma prática teórica caracterizada por uma constante busca, constituindo um processo inacabado e permanente. “É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (p. 23).

Lakatos e Marconi (1996) mencionam que por pesquisa entende-se:

um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdade parciais, ou seja, significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos (p. 15).

Para Gil (1999), a pesquisa é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (p. 42).

Para atingir o objetivo proposto por este estudo, que é investigar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções, no município de Fortaleza, bem como o prazer e o sofrimento vivenciados por elas, foram adotados dois tipos de estudo, a saber: pesquisa exploratória e pesquisa descritiva. No primeiro momento, utilizou-se a pesquisa exploratória bibliográfica, a fim de se inteirar do assunto em questão, o significado do trabalho, prazer e sofrimento no trabalho. No segundo momento, realizou-se um estudo quantitativo descritivo e, paralelamente, um estudo qualitativo.

Gil (1991) relata que a pesquisa exploratória é utilizada quando se visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa exploratória bibliográfica foi utilizada porque, segundo Lakatos e Marconi (1996), esse tipo de pesquisa trata do levantamento, da seleção e da documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o assunto, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito, ou seja, para ele se informar bem do assunto que ora é proposto.

O método descritivo foi usado porque, segundo Lakatos e Marconi (1996), ele delinea ou analisa as características de fatos ou fenômenos, utilizando métodos formais caracterizados por precisão e controle estatístico, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipótese.

Para complementar o método descritivo, realizou-se uma pesquisa tipo *survey*. Para Gil (1999), essa pesquisa é caracterizada por permitir acesso a um grupo significativo de sujeitos no que tange a um problema que se deseja estudar.

Conforme exposto anteriormente, utilizou-se também a pesquisa qualitativa, para entender melhor a questão a respeito da vivência de prazer e sofrimento no trabalho. Esta opção deve-se ao fato de que a abordagem qualitativa centra-se no mundo dos significados

e das ações humanas, um lado não perceptível e não apreendido por meio de equações e médias estatísticas (Minayo, 2000).

5.2 - Instrumento de Pesquisa

As diretrizes eleitas para exploração e desvendamento dos objetos de estudo desta pesquisa foram o questionário e a entrevista semiestruturada. O questionário utilizado tratou-se de uma adaptação do proposto pela Equipe MOW (1987) e adaptado por Soares (1992). Foram utilizadas as questões que identificam as dimensões centralidade, resultados ou objetivos valorados e normas sociais. Foi também utilizada uma questão aberta, tendo como objetivo identificar os valores dados ao trabalho. Essa questão foi utilizada pela necessidade de se expandirem as concepções e os valores relativos ao trabalho (Santos, 2006). Para serem obtidas maiores informações dos sujeitos dessa pesquisa, foram também abordadas, nesse questionário, questões referentes aos dados sociodemográficos. O referido questionário encontra-se no apêndice A.

A utilização da técnica da entrevista semiestruturada se deu na forma de perguntas abertas referentes ao prazer e ao sofrimento vivenciados no trabalho pelas pessoas que trabalham na feira de confecções (Apêndice B). Este modelo de entrevista caracteriza-se por não utilizar um questionário para obter dados, mas um roteiro no qual o diálogo transcorre de forma livre no tema proposto.

Por meio desta técnica, valoriza-se ao mesmo tempo a presença do pesquisador que questiona determinada temática e, por conseguinte, tem-se a perspectiva de que, a partir da liberdade dada ao entrevistado, este passa a contribuir de forma eficaz com o estudo que está sendo desenvolvido.

Aguiar e Ozella (2006) consideram a entrevista “[...] um dos instrumentos mais ricos e que permitem acesso aos processos psíquicos [...], particularmente os sentidos e seus significados” (p. 229).

Para Haguette (1995), a entrevista é um processo de interação social no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro com tópicos em torno de uma problemática central.

Minayo (2000) considera que é por meio da entrevista que:

[...] o investigador busca obter informes contidas nas falas dos atores sociais. Ela não significa uma conversa neutra e despreziosa, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (p. 57).

5.3 – Amostra

A aplicação de pesquisa tipo *survey* demanda a escolha de amostras significativas para a sua realização. Essa amostra é definida por Marconi e Lakatos (2002) como sendo a porção ou parcela da população a ser estudada; é um subconjunto da população.

O tipo de amostragem que se usou nesta pesquisa foi a amostra não probabilística intencional por conveniência. Os sujeitos do referido estudo foram as pessoas que trabalham na feira de confecção, no município de Fortaleza, proprietários ou não das barracas de roupa, totalizando 120 pesquisados.

5.4– Procedimentos de Coleta de Dados

Primeiramente, visitou-se a feira para um reconhecimento de sua estrutura e de seu funcionamento. Após esse reconhecimento, verificou-se que lá existiam horários pré-estabelecidos de funcionamento e que esses variavam de acordo com cada estabelecimento, isto é, cada galpão e shopping (pequenas estruturas subdivididas em pequenas lojas) tinha seu horário. Além disso, nos galpões, cada box fazia seu próprio horário, ou seja, cada proprietário tinha autonomia de programar seu atendimento de acordo com o movimento e suas necessidade.

As pessoas que trabalhavam na rua é que, no início da pesquisa, tinham total autonomia de funcionamento, porém, devido a congestionamento e desorganização que causavam, tiveram que ter seu horário de funcionamento regulamentado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Isso acarretou que esses feirantes só puderam montar seus boxes nos dias principais de feira: de sábado para domingo e de quarta para quinta. A feira de rua iniciava na madrugada, por volta das 3 horas, e terminava por volta do meio dia.

A pesquisa em questão aconteceu, primeiramente, às quintas feiras, contudo as pessoas estavam muito cansadas e não tiveram tanta disposição para responder os formulários. Devido a isso, a pesquisa passou a ser realizada todos os dias da semana, no horário de 8 horas às 11 horas.

Para esclarecimento, no período da pesquisa os dias de feira na rua José Avelino eram segunda-feira e quinta-feira. Contudo, todos os dias alguns feirantes abriam seus boxes nos galpões, e os chamados shopping também eram abertos, por isso a pesquisa foi realizadas todos os dias. Esclarece-se também que os dias de feira mudam conforme determinação da Prefeitura, por isso no referencial teórico os dias de feira estão domingo e quarta-feira.

Após a adaptação do horário, a pesquisa conseguiu fluir. A receptividade e a disponibilidade das pessoas foram boas, apesar da desconfiança de algumas, que se recusaram a participar da pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa era a quantitativa, ou seja, a aplicação do questionário iniciou no final de janeiro de 2013 e foi concluída em meados de março de 2013, totalizando um período de quase 2 meses. Os sujeitos eram abordados aleatoriamente e consultados sobre a disponibilidade para responder às perguntas. Havendo consentimento, o instrumento era aplicado no próprio local de trabalho.

O período se prolongou mais devido aos feriados desse período e à entrevistadora precisar, em alguns casos, fazer leitura e preenchimento dos questionários, garantindo a compreensão mais clara das questões pelos sujeitos, pois esses, algumas vezes, não conseguiam responder sozinhos.

Já a segunda etapa da pesquisa, que se constituía da entrevista, iniciou-se no final de março de 2013 e foi concluída em maio de 2013. Essa etapa foi mais fácil para a pesquisadora, devido aos feirantes já terem estabelecido um contato com a pesquisadora e já terem dado anteriormente os seus consentimentos.

5.5 - Técnicas de Análise de Dados

Para a análise de dados dos questionários, usou-se a técnica da estatística descritiva simples e cruzada (frequência, média aritmética, desvio padrão, intervalo e valores máximo e mínimo). Para o processamento dos resultados, foi aplicado o SPSS (*Statistical Package for Social Science*).

Já para a análise das entrevistas utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Segundo Vergara (2005), a análise de conteúdo é “considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (p. 15).

Bardin (1979) apud Vergara (2005) define a análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 15).

Vergara (2005) coloca ainda que essa técnica apresenta três etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial. A etapa denominada de pré-análise é

caracterizada pela organização do material a ser analisado, que pode ser coletada por meio de questionário aberto e entrevista semiestruturada individual e grupal.

A etapa da descrição analítica que referencia Vergara (2005) possibilita analisar de maneira profunda o material coletado, em que essa análise é pautada pelas hipóteses e/ou referências teóricas que sustentam a pesquisa social. É nessa etapa que devem ocorrer os procedimentos de codificação, classificação e categorização, buscando-se sínteses coincidentes e divergentes das ideias colhidas na pesquisa.

Finalizando a análise de conteúdos, a etapa interpretação referencial trata de reflexão e intuição, aprofundando as conexões das ideias, com base nos materiais colhidos.

5.6 – Considerações Éticas sobre a Pesquisa

A presente pesquisa seguiu as recomendações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2005), que delinea as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Seres Humanos, as quais conferem ao pesquisador responsabilidades éticas, e este precisa observá-las durante todo o processo de investigação.

Entre as diretrizes e normas éticas, estão a) a manutenção do sigilo em relação à identidade dos participantes; b) a liberdade de adesão voluntária dos participantes ao estudo, informados de sua natureza e objetivos, além de certificado o direito de desistência de participação a qualquer momento; c) a não publicação de informações sem o consentimento dos participantes da pesquisa; d) a garantia de utilização dos dados tão somente para fins de pesquisa e e) a proteção contra toda espécie de danos aos entrevistados.

Seguindo as normas éticas, este estudo se propôs a seguir os princípios da referida lei, levando aos participantes um esclarecimento prévio quanto à natureza e aos objetivos e métodos que serão utilizados. Além disso, solicitou-se que cada participante assinasse um termo de consentimento livre esclarecido.

Ressalta-se ainda que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unifor e aprovada sob o parecer nº 252.977.

6. Resultados e Discussão

Esse capítulo tem o intuito de apresentar o percurso da análise dos dados. Primeiramente, apresentou-se a análise quantitativa dos dados e em seguida a análise qualitativa para finalmente relacionar os dados encontrados com as teorias apresentadas.

6.1 – Análise de Dados do Questionário

Utilizando o programa de informática *SPSS for Windows*, registraram-se os dados coletados por meio do questionário e posteriormente se desenvolveu a análise estatística, na qual se utilizou a análise descritiva simples e cruzada (frequência, média aritmética, desvio padrão, intervalo e valores máximo e mínimo).

As primeiras questões referem-se aos dados sociodemográficos e aos dados relacionados ao trabalho na feira. Esses dados são importantes porque fornecem ao pesquisador um perfil das pessoas pesquisadas.

Os dados referentes ao quesito sexo demonstram que 22,5% dos respondentes eram do sexo masculino, enquanto 77,5% dos pesquisados eram do sexo feminino. Esses dados evidenciam que a feira é um ambiente em que predomina o trabalho das mulheres.

Em relação à faixa etária, percebe-se que existe uma predominância de pessoas jovens na feira, pois cerca de 69,2% dos entrevistados têm até 35 anos (vide Tabela 1). Quanto ao nível de escolaridade, 50,8% dos respondentes possuem o ensino médio completo e cerca de 38,3% não concluíram essa etapa escolar (vide Tabela 2).

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	n	%
Até 25 anos	38	31,67%
Entre 26 e 35 anos	45	37,50%
Entre 36 e 45 anos	15	12,50%
Entre 46 e 55 anos	18	15,00%
Acima de 55 anos	4	3,33%
Total	120	100,00%

Fonte: análise de dados.

Tabela 2 – Grau de instrução dos entrevistados

Grau de Instrução	n	%
1º grau incompleto	18	15,0
1º grau completo	9	7,5
2º grau incompleto	19	15,8
2º grau completo	61	50,8
Superior incompleto	10	8,3
Superior completo	2	1,7
Outros	1	,8
Total	120	100,0

Fonte: análise de dados.

Quanto ao estado civil, 53,3% dos entrevistados relataram que eram solteiros, enquanto 40% disseram que eram casados (vide Tabela 3).

Tabela 3 – Estado Civil dos Entrevistados

	n	%
Solteiro	64	53,33%
Casado	48	40,00%
Divorciado/Separado	3	2,50%
Viúvo	2	1,67%
Outros	3	2,50%
Total	120	100,00%

Fonte: análise de dados.

Sobre o trabalho na feira, 71,7% das pessoas pesquisadas são vendedores e 28,3% proprietários. Desses entrevistados, 57,6% afirmaram que seu trabalho não era formalizado e 42,4% disseram que seu trabalho era formalizado, ou seja, a maioria dos entrevistados permanece na informalidade. Apesar dessa diferença não ser tão grande, demonstrando que existe uma regulamentação trabalhista na feira, ainda se pode afirmar que o que caracteriza o trabalho na feira é a informalidade, como apresentam estudos de Menezes (2005), Souza (2009), Castro et al. (2009) e de Alves e Almeida (2009). Ademais, em relação ao tempo de trabalho, 39,7% das pessoas pesquisadas têm até 12 meses de trabalho na feira, conforme Tabela 4, a saber:

Tabela 4 – Faixa de Tempo na Função

	n	Percentual	Percentual Válido
Até 12 meses	46	38,33%	39,66%
De 13 a 24 meses	25	20,83%	21,55%
De 25 a 36 meses	13	10,83%	11,21%
De 37 a 48 meses	8	6,67%	6,90%
Acima de 48 meses	24	20,00%	20,69%
Total Válidos	116	96,67%	100,00%
Valores omissos	4	3,33%	-
Total	120	100,00%	-

Fonte: análise de dados.

A renda mensal na feira é de até R\$ 1.000,00 para 67,5% dos pesquisados. Esse dado reafirma a informação de a maioria das pessoas entrevistadas serem vendedores, pois as pessoas que trabalham na feira como vendedores em geral não ganham acima desse valor, conforme mostra a Tabela 5, abaixo. Os entrevistados que possuem renda mensal superior a R\$ 2.001,00 são os proprietários dos negócios.

Tabela 5 - Cruzamento entre Renda Mensal x Função na feira

Renda mensal na feira		Função na feira		Total
		Proprietário	Vendedor	
Até R\$1.000,00	n	6	75	81
	%	5%	62,5%	67,5%
Entre R\$1.001,00 até R\$2.000,00	n	5	6	11
	%	4,17%	5%	9,17%
Entre R\$2.001,00 até R\$3.000,00	n	11	3	14
	%	9,17%	2,5%	11,67%
Entre R\$3.001,00 até R\$4.000,00	n	5	0	5
	%	4,17%	0%	4,17%
Entre R\$4.001,00 até R\$5.000,00	n	4	1	5
	%	3,33%	0,83%	4,17%
Acima de R\$5.000,00	n	3	1	4
	%	2,50%	0,83%	3,33%
Total	n	34	86	120
	%	28,33%	71,67%	100%

Fonte: análise de dados.

Em relação ao número de dias trabalhados, 59,1% dos entrevistados trabalham, entre seis e sete dias na semana, comprometendo sua folga semanal. Esses trabalhadores

permanecem em média, na feira, de seis a oito horas por dia, como mostram as Tabela 6 e 7, abaixo.

Tabela 6 – Dias de trabalho na semana

Média de dias de trabalho na semana	n	%
1	1	0,83%
2	12	10,00%
3	9	7,50%
4	12	10,00%
5	15	12,50%
6	50	41,67%
7	21	17,50%
Total	120	100,00%

Fonte: análise de dados.

Tabela 7 – Horas de trabalho

Média de horas de trabalho por dia	n	Percentual	Percentual Válido
4	7	5,83%	5,88%
5	7	5,83%	5,88%
6	26	21,67%	21,85%
7	19	15,83%	15,97%
8	35	29,17%	29,41%
9	11	9,17%	9,24%
10	5	4,17%	4,20%
11	4	3,33%	3,36%
12	4	3,33%	3,36%
16	1	0,83%	0,84%
Total	119	99,17%	100,00%
Valores Omissos	1	0,83%	
	120	100%	

Fonte: análise de dados.

Diante os dados apresentados nas Tabelas 6 e 7, fica evidente que existe uma variedade de dias e horários trabalhados, levando á compreensão da ideia de Hirata e Machado (2007) quando expõem que as pessoas adentram no mercado informal pelos seguintes motivos: a) busca de uma jornada de trabalho flexível; b) controle do seu próprio

negócio; e c) ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação.

Dentre os 120 entrevistados, 44% (51) disseram que trabalham em outros lugares, seja em casa produzindo (18), na fábrica (5), em outras feiras (7), em outras feiras e produzindo (3), além de outros locais não citados (18).

Quanto às concepções e aos valores relacionados ao trabalho, podem-se agrupar as respostas dos participantes em 16 categorias definidas abaixo.

Tabela 8 – Concepções e valores associados ao trabalho

Categoria	n	%
Cat1 – Trabalho como obrigação	24	6,54%
Cat2 – Oportunidade de realização	22	5,99%
Cat3 – Contatos sociais	17	4,63%
Cat4 – Rendimentos	96	26,16%
Cat5 – Contribuição à sociedade	6	1,63%
Cat6 – Reconhecimento	19	5,18%
Cat7 – Dignidade e honra	26	7,08%
Cat8 – Algo importante	29	7,90%
Cat9 – Ocupação	40	10,90%
Cat10 – Sucesso e vitória	15	4,09%
Cat11 – Responsabilidade	19	5,18%
Cat12 – Estabilidade	20	5,45%
Cat13 – Aprendizado	11	3,00%
Cat14 – Prazer	12	3,27%
Cat15 – Dedicção	6	1,63%
Cat16 – Fuga da criminalidade	5	1,36%
Total	367	100,00%

Fonte: análise de dados.

Legenda: Cat1 = trabalho como obrigação, dever, esforço, abdicação, fadiga, estressante, desilusão e desconforto

Cat2 = oportunidade de realização e satisfação pessoal, autoestima

Cat3 = contatos sociais, interação

Cat4 = alcance de objetivos, rendimentos, sobrevivência pessoal e familiar, independência financeira

Cat5 = contribuição à sociedade

Cat6 = reconhecimento e crescimento pessoal e profissional

Cat7 = status, dignidade, respeito, honra

Cat8 = algo importante, faz parte da vida

Cat9 = bem estar, saúde, sentir útil, ocupação

Cat10 = sucesso, vitória, prosperidade, qualidade de vida, conquista

Cat11 = responsabilidade, compromisso

Cat12 = estabilidade e segurança

Cat13 = aprendizado/ conhecimento

Cat14 = prazer, alegria, satisfação, felicidade, gratificação, divertimento

Cat15 = dedicação e disposição

Cat16 = fuga da criminalidade.

A categoria com maior número de indicação representa 26,2% das ideias pronunciadas, isto é, as pessoas associam o trabalho ao alcance de objetivos, a rendimentos, à sobrevivência pessoal e familiar e à independência financeira. A segunda categoria mais evocada representa 10,9% das ideias surgidas, em que o trabalho está associado à ocupação, a sentir-se útil, ao bem estar e à saúde. Outras duas categorias que se sobressaíram foram aquelas em que o trabalho se apresenta como algo importante e que faz parte da vida (7,9%) e a que está associado à dignidade, respeito e honra (7,1%).

Os resultados encontrados no presente estudo revelam que existe uma congruência com a literatura nacional, destacando os estudos de Bastos et al. (1995), Borges (1998) e Santos (2006), quando afirmam que a categoria mais pronunciada, em relação ao trabalho, diz respeito àquela que o trabalho é associado ao alcance de objetivos, a rendimentos, à sobrevivência pessoal e familiar e à independência financeira, afirmando o caráter instrumental do trabalho. Esses dados também remetem ao pensamento de Cacciamalli (2000) e de Hirata e Machado (2007), quando expõem que uma das características do trabalho informal é a busca da sobrevivência pessoal e familiar.

Cacciamalli (2000) afirma que:

a lógica de sua atuação no mercado prende-se à sobrevivência, à obtenção de um montante de renda que permita ao trabalhador sua reprodução e de sua família, não tendo como meta explícita a acumulação ou a obtenção de uma rentabilidade de mercado (p. 66).

A centralidade do trabalho foi pesquisada tanto em seu caráter absoluto quanto em seu caráter relativo, ou seja, em comparação a outras esferas da vida.

A centralidade absoluta do trabalho foi mensurada através do grau de importância do trabalho na vida da pessoa. As respostas seguem uma escala de 1 a 7, em que a resposta de 1 a 2 representa o trabalho como sendo uma das coisas menos importantes da

vida do indivíduo; 3 a 5 de média importância na vida; de 6 a 7 como uma das coisas mais importantes da vida.

Tabela 9 – Centralidade absoluta do trabalho

	n	%
1	0	0
2	0	0
3	1	0,83
4	6	5,00
5	23	19,17
6	35	29,17
7	55	45,83
Total	120	100

Fonte: análise de dados.

Com os resultados, percebe-se que 75% das pessoas entrevistadas consideram o trabalho como uma das coisas mais importantes da vida. A distribuição por escores revela que 45,8% dos entrevistados escolheram o item 7 e que 29,2% escolheram o item 6. Aqueles entrevistados que consideram o trabalho de média importância em suas vidas perfazem um total de 25%. Vale ressaltar que os itens 1 e 2, que representam o trabalho como uma das coisas menos importante da vida não receberam nenhuma atenção.

Os resultados, quanto à centralidade absoluta do trabalho, encontrados nessa pesquisa corroboram com os achados nos estudos de Lima (2003), de Santos (2006) e de Varella (2006). Apesar de as médias variarem, todos os resultados apontam que o trabalho é uma das coisas mais importante da vida.

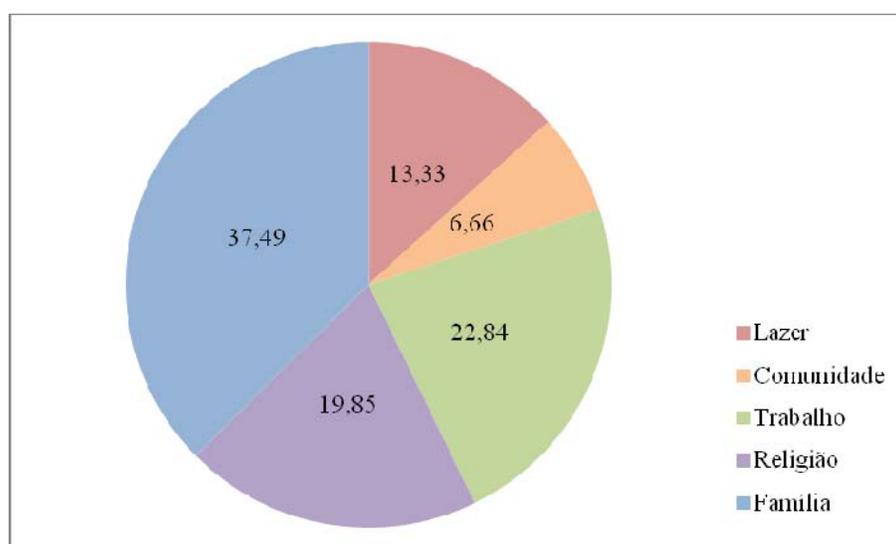
Esses resultados colaboram com os estudos de Bastos et al. (1995), Souza e Tolfo (2007), Tolfo e Piccini (2007) e Souza (2009) quando afirmam que o trabalho assume um lugar de destaque na vida dessas pessoas, pois segundo esses autores a centralidade do trabalho é caracterizado pelo grau de importância que possui na vida de uma pessoa.

Essa importância do trabalho também é retratada na afirmação de Souza (2009) quando expõe que este representa parte da vida de cada um, pois é na relação com o trabalho que o indivíduo constrói parte de sua existência humana. Esses dados são

reforçados por Antunes (1999), Borges e Alves (2001), Borges e Yamamoto (2004), Dejours (1991, 2007) e Morin (2001), quando afirmam que o trabalho ocupa um evidente lugar de importância na existência humana.

A centralidade relativa do trabalho, ou seja, a centralidade do trabalho em relação a outras esferas da vida foi mensurada através da questão em que se pedia ao participante que distribuísse pontos de 0 a 100, avaliando a importância de cada uma das áreas lazer, comunidade, trabalho, religião e família em sua vida.

Gráfico 1 – Centralidade relativa do trabalho



Fonte: análise de dados.

Esse resultado foi obtido através da média dos pontos atribuídos a cada esfera da vida. Percebe-se, na tabela acima, que a família ocupa o principal lugar na vida dos pesquisados (37,49), seguida de trabalho (22,84), religião (19,85), lazer (13,32) e comunidade (6,66).

Comparando-se a média de centralidade relativa do trabalho da presente amostra com os resultados encontrados nos trabalhos de Vilela (2003) e Santos (2006), percebe-se que todas as dimensões seguem o mesmo padrão, ou seja, a dimensão mais valorizada é a família com 35,65 pontos (média), seguida do trabalho com 23,59 pontos (média), depois a

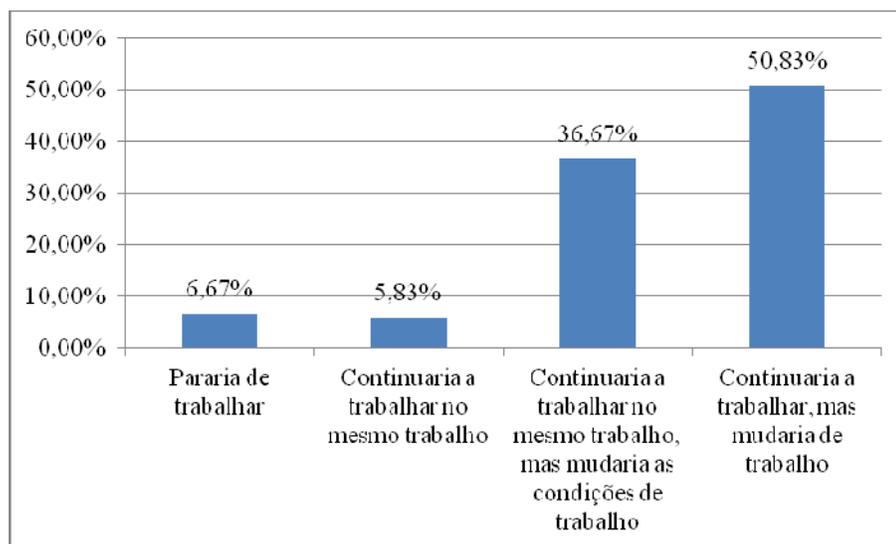
religião com 20,18 pontos (média) e posteriormente o lazer com 12,79 pontos (média) e a comunidade com 7,74 pontos (média), no trabalho de Vilela (2003). Os resultados do estudo de Santos (2006) revelam que a família recebeu 38,20 pontos (média), seguida do trabalho com média de 23,69 pontos (média), depois a religião com 15,10 pontos (média), o lazer com 14,59 pontos (média) e a comunidade com 8,33 pontos (média).

Seguindo o mesmo padrão, cujas dimensões família e trabalho estão em primeiro e segundo lugar respectivamente, encontram-se os achados de Bastos et al. (1995) com média de 34,1 pontos para a família e de 29,5 pontos para o trabalho; de Lima (2003) com média de 39,1 para a família e 26,3 para o trabalho; e de Varella (2006) com média de 38,42 para a família e 26,56 para o trabalho. Os achados no estudo de Borges (1998) e de Souza (2009) também evidenciam maior distribuição de centralidade na dimensão da família, seguida do trabalho.

Contudo, essa amostra e a de Vilela (2003), Santos (2006) e Souza (2009) consideraram a religião como a terceira dimensão da vida, enquanto nos estudos de Bastos et al. (1995), Borges (1998), Lima (2003) e Varella (2006) a terceira posição de maior importância foi atribuída ao lazer, seguida da religião. Algo em comum em todas as amostras citadas acima é que a comunidade ficou em último lugar como dimensão da vida dos pesquisados.

A centralidade do trabalho foi investigada também no item sobre o que faria se ganhasse na loteria ou herdasse uma fortuna.

Gráfico 2 – Centralidade do trabalho



Fonte: análise de dados.

Percebe-se que a grande maioria, ou seja, 93,3% continuariam a trabalhar, evidenciando a importância do trabalho para os entrevistados. Contudo, 50,8% disseram que continuariam a trabalhar, mas mudariam de trabalho, e 36,7% revelaram que continuariam no mesmo trabalho, mas mudariam as condições dele. Esses dados mostram que, ao mesmo tempo em que o trabalho é importante para os feirantes de modo geral, existe também uma insatisfação com o trabalho atual.

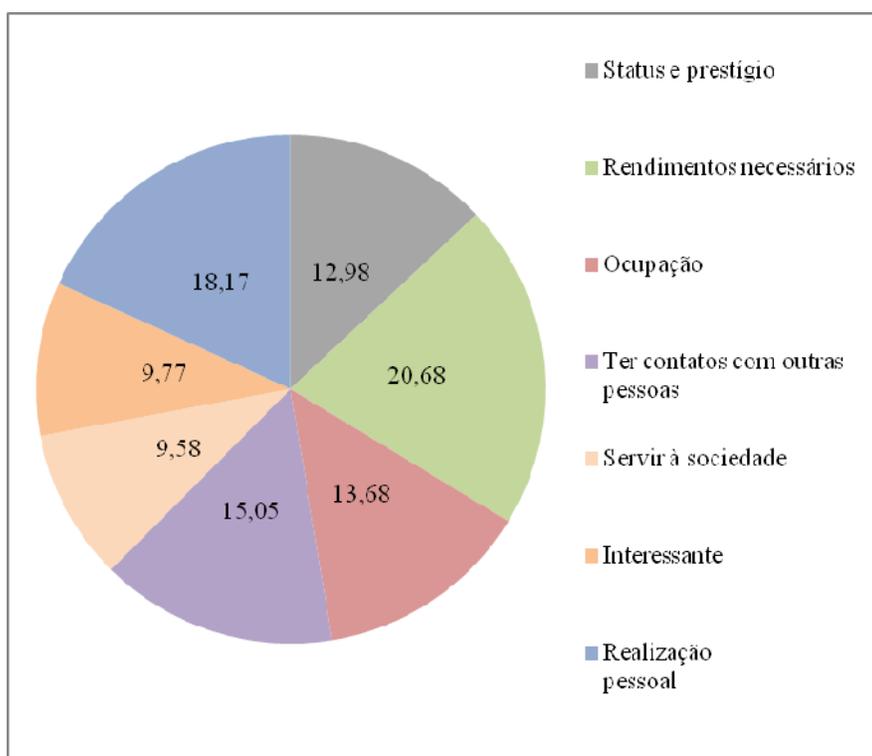
É possível comparar esses relatos aos resultados dos estudos de Morin (2001) e do Grupo MOW (1987) os quais verificaram que para a maioria das pessoas, mesmo que tivessem condições para viver o resto da vida confortavelmente, continuariam a trabalhar.

Isso é confirmado também por Antunes (1999), Borges e Alves (2001), Borges e Yamamoto (2004), Dejours (1991, 2007) e Morin (2001). Segundo esses autores, o trabalho ocupa um lugar de destaque na vida de cada um, pois as pessoas se articulam ao redor das atividades laborais, além disso, do ponto de vista social, o trabalho é fundamental para a organização da vida humana.

De acordo com Antunes (1995), a importância da centralidade do trabalho na vida do homem se deve ao fato de esse trabalho estar associado à sobrevivência, ou seja, o trabalho é uma das possibilidades mais importantes de construção do ser humano em todos os aspectos.

Outra faceta do significado do trabalho são os resultados ou produtos e objetivos valorizados do trabalho.

Gráfico 3 – Resultados ou produtos e objetivos valorizados do trabalho



Fonte: análise de dados.

A amostra acima constata que os significados do trabalho com maior pontuação foram o trabalho como obtenção de rendimentos necessários com 20,68 pontos (média); seguido do trabalho como auto realização com 18,17 pontos (média); e o trabalho como forma de manter contato com outras pessoas com 15,05 pontos (média).

Esses dados mais uma vez caracterizam o apresentado anteriormente: o trabalho tem como principal significado a sobrevivência pessoal e familiar. Eles demonstram

também não somente a importância do trabalho como rendimentos, mas proporcionando autorrealização e contatos com outras pessoas.

De acordo com os estudos de Morin (2001), o trabalho, além de ser uma fonte de sustento, é um meio de estabelecer relacionamentos, de se sentir como parte integrante de um grupo, de ter uma ocupação, de ter um objetivo a ser atingido na vida.

Souza (2009) também reforça esses dados, pois em sua pesquisa o trabalho significa em primeiro lugar o sustento (26%), evidenciando a atividade na feira como meio de subsistência. Outro achado da pesquisa de Souza (2009) é o trabalho como possibilidade de contato com outras pessoas. Essa descoberta também fortalece o resultado desta pesquisa.

Levando-se em consideração os dados da pesquisa e dos autores supracitados, o trabalho significa sustento, ou seja, um modo de sobrevivência, de rendimentos. Para Arendt (2009), esse significado do trabalho está associado ao que ela denomina de Labor, isto é, as atividades do dia a dia relacionadas às necessidades de sobrevivência.

Os resultados da pesquisa levam a pensar que a importância que a família tem na vida das pessoas entrevistadas pode estar diretamente relacionada ao caráter instrumental do trabalho, ou seja, o trabalho associado a rendimentos e à sobrevivência.

Outra faceta do significado do trabalho são as normas sociais, que estão relacionadas aos padrões sociais que delimitam as avaliações de trocas entre o que o indivíduo recebe da situação de trabalho e o que traz de contribuição para o contexto laboral (Bastos et al., 1995).

Esta variável do significado do trabalho é compreendida mediante duas vertentes opostas: 1) deveres, padrões socialmente corretos; 2) direitos, obrigações da sociedade para com o indivíduo (Santos, 2006).

Observa-se como resultado dessa amostra uma adesão em relação às normas de dever (média de 5,94, num máximo de 7 pontos) e às de direito (média de 6,10, num máximo de 7 pontos), como pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 10 – Normas Societais

	Normas de Dever			Normas de Direito		
	O trabalhador deve valorizar qualquer trabalho	É dever de todo cidadão capacitado contribuir para a sociedade através do trabalho	Todo o trabalhador deveria pensar na melhor forma de fazer o seu serviço	Toda pessoa deveria ter o direito a um trabalho interessante e significativo	Todos que desejassem deveriam ter um emprego	Toda pessoa deve ter direito a um trabalho interessante
Desvio padrão	1,27	1,30	0,90	1,09	1,28	1,18
Média	5,75	5,67 5,94*	6,40	6,16	6,10 6,10**	6,06

Fonte: análise de dados.

Nota: *Média das normas de dever. **Média das normas de direito.

Santos (2006) apresenta, em sua pesquisa, um resultado parecido com o deste estudo, pois segundo a autora existe uma adesão em relação às normas de dever (média de 6,14, num máximo de 7 pontos) e às de direito (média de 6,11).

Já os resultados encontrados neste estudo diferenciam-se dos resultados encontrados na pesquisa de BASTOS et al. (1995). No referido estudo, constatou-se maior adesão à norma do direito (média de 5,93) do que à norma do dever (média de 4,96).

Nota-se, diante desse resultado, que os feirantes equilibram sua opinião em relação aos seus direitos e deveres no trabalho. Para essas pessoas da feira, o importante é ter uma atividade digna, que possa proporcionar condições de pagar suas contas e de ter uma condição de vida melhor, além disso serem reconhecidos na sociedade pelo seu trabalho, ou melhor, por terem um trabalho. Afora, percebe-se também que eles reconhecem ter o direito a um trabalho e que devem realizá-lo da melhor forma possível, independente de que atividade seja.

6.2 – Procedimentos de Análise dos Dados das Entrevistas

As entrevistas tiveram como objetivo investigar as vivências de prazer e de sofrimento das pessoas que trabalham na feira da rua José Avelino. No intuito de complementar a pesquisa, foi investigado também, através das entrevistas, como as pessoas ingressaram na feira e qual o significado do trabalho para elas.

Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados; posteriormente, transcritas e submetidas à análise de conteúdo. As falas foram classificadas em categorias que não foram antecipadamente estabelecidas, mas abstraídas da análise da narrativa dos entrevistados. O objetivo foi descobrir pontos de similaridade e diferença nos discursos deles. Participaram dessa etapa 12 trabalhadores.

O processo de análise das entrevistas permitiu chegar as seguintes categorias: 1) Ingresso na Feira; 2) Significado do Trabalho; 3) Aspectos Bons e Prazerosos no Trabalho; e 4) Sofrimento e Dificuldades Encontradas no Trabalho.

Essas categorias são apresentadas de forma detalhada abaixo, explicitando-se as definições e as verbalizações que entraram na composição de cada uma delas.

A primeira categoria está relacionada ao ingresso dos entrevistados na feira, de como eles adentraram nessa jornada de trabalho. Refere-se aos motivos que os levaram ao trabalho na feira.

De acordo com Antloga (2003) e com Dal Bem et al. (2005), quando o indivíduo tem a oportunidade de escolher livremente o tipo de trabalho que deseja realizar, tem mais chances de vivenciar situações agradáveis. Pensando dessa mesma forma, pode-se citar Hernandes (2003), quando assegura que o prazer no trabalho é obtido mediante a livre escolha desse pelo indivíduo.

Mendes (1999) também acredita que um dos pontos que proporciona prazer no trabalho é a livre escolha, pois segundo a autora o prazer está “associado à liberdade de

escolha que pressupõe apropriação consciente da sua história de vida e do contexto em que as relações de trabalho se estabelecem” (p. 15).

Os relatos mostram que os entrevistados ingressaram na feira por diversos motivos, dentre eles a família já trabalhar na feira; os convites de amigos e a opção de trabalho.

Dentre os motivos apresentados, o mais referenciado foi aquele em que a família já trabalhava na feira, como mostram os depoimentos abaixo:

“Os meus pais já trabalhavam com esse tipo de comércio. Devido eles já trabalharem com isso...” (J.B.A.).

“Eu nunca trabalhei fora, de carteira assinada. Eu era dona de casa. Meu esposo era quem trabalhava fora. Aí, a irmã dele propôs uma sociedade. Aí ele saiu do trabalho para entrar nisso aqui. Desde 2003 que estamos aqui” (M. B. A. M.).

“Porque a minha mãe quis. Comecei a fazer e como eu não tinha vida. Era para eu ter estudado, mas não me esforcei para estudar. Vim para cá com ela. Desde os meus 13 anos que trabalho com meus pais na rua vendendo. É a única renda da família, todo mundo trabalha” (J. A. S.).

“Nada aconteceu por acaso. Morava na Bahia e tinha tudo lá. Meus filhos moravam aqui e daí, vim morar aqui em Fortaleza. E como eu já tinha algumas pessoas da família trabalhando nessa área, me incentivaram a vim trabalhar. Sempre trabalhei no comércio” (E. B. L.).

“Eu vim trabalhar porque meu marido tinha que estudar para os concursos públicos e alguém tinha que trabalhar, e a mãe dele é proprietária daqui. Então eu trabalho com ela” (L. P. P. M.).

“Vim ajudar a minha sogra. Antes eu não trabalhava” (F. P.).

“Primeiro trabalhava por conta própria. Devido a clientes inadimplentes e cheques voltando e tudo mais, a gente quebrou e eu vim trabalhar como vendedora para o

meu irmão. Trabalhava com modinha, daí fechou a loja e meu irmão me colocou para gerenciar aqui” (E. S. F.).

Outra forma de ingresso na feira, citada pelas pessoas entrevistadas, foi por ter recebido convite de algum amigo.

“Vim através de uma amiga que me convidou e no momento estava sem trabalho. Foi à opção que restou. Antes trabalhava vendendo” (M. F. S.).

“Por intermédio de outra pessoa. Eu trabalhava em outro lugar, em uma padaria. A padaria fechou e apareceu essa oportunidade. Vim como vendedora, depois comecei a produzir” (L. E.).

“Isso aqui é de uma amiga minha e como ela estava precisando e eu também, uni o útil ao agradável. Ela me chamou e eu topei. Eu já trabalhava com vendas” (A. M. T. F.).

Outro motivo que levou os entrevistados a trabalharem na feira foi por escolha.

“Antes eu trabalhava no Shopping Maraponga Mart Moda, fui transferida para o Fortaleza Sul. Devido ao salário, patroa e tudo, acabei saindo da empresa. Guardei o dinheiro do seguro para montar um negócio para mim. Botei um negócio para mim. Trabalhava com o masculino, mas devido às vendas e tudo acabei fechando. Foi quando comecei a trabalhar aqui. Minha vida sempre foi com vendas” (J. M. P.).

“Sempre trabalhei nesse ramo. Estava sendo o melhor mercado de trabalho. Trabalhava no Beco da Poeira. Sempre trabalhei no ramo de confecção. Trabalho há mais de 10 anos com confecção” (M. S. S.).

Percebe-se que existe um considerável número de pessoas entrevistadas que ingressaram na feira por já terem alguém da família trabalhando nesse ramo. Tal fato pode

facilitar o processo, pois existe uma familiaridade, ou seja, uma proximidade, um reconhecimento do ambiente e das condições vivenciadas na feira.

Uma possibilidade de considerar tal ingresso também é em virtude de a família ter grande importância na vida dos feirantes, como mostrou dados da pesquisa quantitativa. Além disso, percebe-se, na fala dos entrevistados, que as pessoas adentram na feira como forma de ajudar a família. Também é necessário considerar que o negócio na feira é passado de geração em geração, perpetuando tal prática, como mostram alguns dos relatos acima.

Uma diferente identificação da influência da família, nesse contexto de trabalho, é por ela servir de apoio, especialmente quando algum membro está passando por alguma dificuldade. Assim, a família proporciona suporte para que o indivíduo enfrente as instabilidades do mercado e possa manter-se nessa realidade.

O trabalho na feira é considerado uma opção, por esta apresentar poucas exigências ou capacitação, ou seja, a pessoa para ingressar na feira não precisa possuir diploma, falar outras línguas, ter curso de informática ou apresentar um currículo impecável. Muitas vezes, basta ter vontade e gostar de trabalhar com pessoas.

A segunda categoria apresentada foi o significado do trabalho, ou seja, como os entrevistados se relacionam com o seu trabalho, como eles o definem, ou mesmo por que eles trabalham.

Dejours et al. (2009) afirmam que, quando o indivíduo constrói o significado do seu trabalho, percebe nele sua identidade, ou seja, possui autonomia e liberdade para expressar seus sentimentos e ideias e adquire condições de experimentar mais vivências de prazer, minimizando o sofrimento.

Segundo Souza (2009), na feira existem várias formas de organização do trabalho e nelas os trabalhadores produzem significados para suas vidas, ou seja, produzem diferentes significados para a atividade que realizam.

De acordo com os relatos dos entrevistados, eles trabalham para sobreviver, ou seja, o trabalho está associado à sobrevivência, ao ganha pão, a pagar as contas no final do mês. Está relacionado também ao alcance de objetivos, à independência financeira, a ter o próprio dinheiro.

Dantas (2007) acredita que a feira é “um espaço onde as pessoas realizam diversas estratégias de sobrevivência e o local onde o capital comercial exerce domínio” (p. 18).

“Daqui é que a gente sobrevive. Paga a faculdade, colégio das minhas irmãs, cursinho, internet, TV por assinatura, supermercado. É o modo de sobrevivência” (J. B. A.).

“Pra mim é eu consigo alcançar meus objetivos, orçamento no final do mês, consigo manter a minha independência financeira, ter o meu dinheiro” (M. F. S.).

“Supre as necessidades. Ganho na feira”. (L. E.).

“Significa prosperidade, organização na vida pessoal, dentro de casa” (M. B. A. M).

“O que significa trabalhar na feira é necessidade. É você ter o único canto para trabalhar para sobreviver” (J. A. S.).

“Na feira, eu não trabalho por querer, trabalho por necessidade. Trabalho pela sobrevivência, não pela realização” (E. S. F.).

“Trabalho para poder ter o dinheiro e ter as minhas coisas” (F. P.).

“É o único sustento da minha casa. Financeiro mesmo” (L. P. P. M.).

“Significa tudo do dia-a-dia, do custo de vida. O tudo significa custo de vida, faculdade para os filhos, pagar água, luz, telefone e gás. Vivo aqui. Renda familiar, sobrevivência” (M. S. S.).

Esses depoimentos reforçam os dados encontrados na pesquisa quantitativa acerca do significado do trabalho. Para as pessoas que atuam na feira, ele está associado às questões de sobrevivência, ou seja, elas trabalham pela necessidade dos rendimentos, para se manterem.

Contudo, essa sobrevivência não está somente vinculada ao suprimento das necessidades básicas, mas também para proporcionar melhor condição de vida aos feirantes e aos seus familiares.

Aparece também na fala dos entrevistados o significado do trabalho associado à realização, à gratificação e ao reconhecimento.

“Eu me identifico com isso. Sinto-me muito realizada. Eu gosto de tudo” (A. M. T. F.).

“Isso para mim é gratificante, é maravilhoso. Sinto realizada com o trabalho que faço. É cansativo, mas por outro lado me dá esse bem estar. Acho que se me tirassem daqui eu vou estar, vou entrar numa crise de estresse, ficar sem motivação para viver” (E. B. L.).

“Significa prazer. Trabalho com prazer, gosto do que faço” (M. S. S.).

A categoria referente aos aspectos bons e prazerosos da feira representa a opinião das pessoas entrevistadas acerca do que lhes causa alegria, contentamento, ou seja, o que lhes causa prazer.

Dentre os entrevistados, há aqueles que consideraram como aspecto bom e prazeroso o contato com outras pessoas. Segundo eles, a feira é um local onde as pessoas

relacionam-se umas com as outras, uma vez que existem os outros feirantes, os ambulantes e os clientes, que acabam ficando amigos.

Menezes (2005) coloca que a feira assume uma condição de encontro e desencontro e que revela uma verdadeira teia de relações. Amaral (2008) complementa tal ideia, expondo que a feira, além de oferecer produtos para a troca, também tem o atributo de aproximar, integrar e socializar diversos grupos sociais, proporcionando a manutenção dos vínculos sociais.

Os entrevistados relataram que conhecem pessoas de outras cidades e outros países, podendo trocar informações e com isso conhecer um pouco mais de outras localidades.

“Você conhece muita gente, se relaciona com muitas pessoas, conversa. Tem as pessoas que viram colegas, motivam a gente a vir. Amigos” (J. A. S.).

“O que também dá prazer é a convivência, as amizades que a gente faz. Fica tipo um network, a gente troca informações” (E. S. F.).

“Eu gosto do movimento, de interagir com as pessoas” (A. M. T. F.).

“Aspecto bom ... a convivência com as pessoas” (J. M. P.).

“Fico em contato com as pessoas. Sempre vou sendo informada sobre o que acontece em outros estados”. (E. B. L.).

“Bom porque conhece todo tipo de gente. A gente fala com vários tipos de pessoas. É bom pelo convívio com as pessoas” (L. P. P. M.).

“O que me dá prazer no trabalho é você ver pessoas novas. A relação com as pessoas” (M. S. S.).

“Os amigos, conhece novas pessoas, até mesmo os clientes se tornam amigos” (L. E.).

Outro aspecto citado que proporciona prazer são os rendimentos, ou seja, o retorno financeiro que a feira propicia. Relaciona-se também ao alcance de objetivos e à independência financeira.

“O que me dá prazer é só o orçamento financeiro. Termo só do rendimento no final do mês” (M. F. S.).

“... um bom salário” (L. E.).

“Bom... a lucratividade é boa. A gente trabalha muito, mas consegue ganhar bem, principalmente nos meses de final de ano. O aspecto de crescer financeiramente é óbvio...” (J. B. A.).

“Vender, vender é o melhor de tudo. Porque eu ganho a minha liberdade. Você fica independente e você consegue ter o que você quer. É você possuir o que tem vontade. Não depender de ninguém” (J. A. S.).

“Bom é ganhar dinheiro, poder ajudar o meu marido, a minha sogra” (L. P. P. M).

“A satisfação maior é vender e ter como pagar as nossas dívidas. Esse é o objetivo principal. Vender e pagar as nossas dívidas. Eu sei que dinheiro não é tudo, mas ter dívidas e não ter como pagar...” (M. B. A. M.).

“É o lado financeiro, o retorno é bom” (E. B. L.).

“Todos. Todos em relação ao salário. Dá mais rendimentos do que um trabalho fixo, emprego de carteira assinada” (M. S. S.).

Um diferente ponto elucidado, considerado bom e que proporciona prazer, está relacionado ao reconhecimento e à satisfação pelo trabalho que faz. Ferreira e Mendes (2003) afirmam que a vivência de prazer é originada do bem-estar que o trabalho causa no corpo, na mente e nas relações com o outro e que essas vivências se manifestam por meio da gratificação, da realização, do reconhecimento, da liberdade e da valorização no trabalho.

“Gosto do que faço como vendedora é uma opção que eu sempre gostei. Gosto de trabalhar com vendas. Sinto realizada trabalhando com vendas” (E. S. F.).

“Eu me identifico com isso aqui, o mundo da moda” (A. M. T. F.).

“Gosto de estar aqui, gosto do que faço” (F. P.).

“Me realizo no trabalho, me levanto com mais entusiasmo” (E. B. L.).

“A gente vende e o cliente chega e diz que as tuas coisas são lindas. Isso é gostoso de ouvir. É prazeroso para mim ver que as pessoas vem comprar e gostam. O prazer é o reconhecimento do trabalho” (A. M. T. F.).

“Proporciona um bem estar, alegria. Pra mim me faz uma pessoa melhor. Sinto reconhecida pelo meu trabalho” (J. M. P.).

“Tudo me dá prazer, como eu disse que eu gosto do que faço então tudo isso me dá prazer, a parte de fabricar. Me sinto realizada com o que faço”(M. S. S.).

Mendes (1999) reforça as citações, mencionadas acima, quando afirma que o trabalho propicia prazer tanto quando atende as necessidades materiais, como quando o indivíduo se percebe reconhecido e valorizado pelo trabalho que realiza.

Também se percebeu, mediante as entrevistas, mais uma categoria, a que se relaciona com o sofrimento e as dificuldades enfrentadas no trabalho na feira. Essa categoria inclui os aspectos que dificultam a convivência dos entrevistados com o seu trabalho, que os faz sofrer ou que os incomoda.

De uma forma geral, o que causa sofrimento ou dificulta o trabalho na feira, citados pelos entrevistados, são acordar cedo em dias de feira grande; não vender e clientes mal educados.

Nas entrevistas, fica claro que a finalidade do trabalho na feira são as vendas, ou seja, o feirante tem como objetivo as vendas, portanto quanto mais vender maior será seu contentamento; quando isso não acontece, aparece o sofrimento.

O sofrimento também aparece quando os feirantes colocam a questão do acordar cedo, ou mesmo não dormir. Esse sofrimento pode ser associado ao esforço do organismo em se adaptar às mudanças de horário e de sono.

“Ter que acordar cedo e às vezes a gente não vende. Aí, é complicado, não dá prazer de jeito nenhum” (M. F. S.).

“Não vender, não ganha. Tem a questão do horário, desse horário da madrugada” (L. E.).

“Acordar cedo. Dirigir de madrugada que é perigoso” (J. B. A.).

“Vem preocupado em vender. A dificuldade é a gente trabalhar e não ter dinheiro. Sofrimento também é não dormir, a gente não dorme” (M. B. A. M.).

“Primeira dificuldade é acordar cedo, é horrível. Você se acaba acordando cedo. Segundo é quando a feira está fraca, você não tem como pagar as suas responsabilidades” (J. A. S.).

“... as pessoas não respeitam aonde a gente trabalha, desqualificam muito, derrubam muito por ser um ambiente de feira... Desrespeito do cliente com a vendedora... Mas o que me causa mais sofrimento é o povo mal educado” (E. S. F.).

“A dificuldade é a feira de madrugada. Dia de feira eu acordo 4 horas da manhã... É só o horário, mas já estou acostumada” (A. M. T. F.).

“Dificuldade é no atendimento ao cliente. A gente pega cada um. Tem cliente que chega e só falta bater, muito ignorante” (J. M. P.).

“As vendas que está muito ruim. Passo o dia todinho aqui e não vende nada. E tem conta para pagar” (F. P.).

“A dificuldade que encontro é ter contato com pessoas que não tem nenhuma educação, pessoas que chegam querendo bagunçar tudo. Tem horas que precisa ser enérgica. O povo grita muito” (E. B. L.).

“Acordar cedo nos dias de feira grande. É cansativo” (L. P. P. M.).

“Dificuldade no dia-a-dia são os horários que tem que chegar de madrugada” (M. S. S.).

Diante do exposto, pelas declarações dos entrevistados, fica evidente o que Dejours (1991) acredita acerca do sofrimento. Ele coloca que o sofrimento no trabalho decorre da identificação das diferenças entre a situação desejada pelo sujeito e a situação tal como se apresenta na realidade. Colaborando com Dejours (1991), Ferreira e Mendes (2003) afirmam que o sofrimento predomina quando as condições externas se impõem às possibilidades de os sujeitos negociarem seus desejos.

Observa-se que a feira é realmente um lugar de insegurança em relação ao futuro, especialmente por sua sazonalidade, ou seja, há períodos em que as vendas crescem consideravelmente e períodos que decaem bastante. Com isso, os feirantes têm que dar conta de suprir suas necessidades básicas.

É relevante expor também que a precariedade da feira é bastante visível. As pessoas sofrem com o calor, com o barulho e com o desconforto, principalmente, as que trabalham nos galpões e na rua. No local de trabalho desses feirantes, (seus boxes) não existem espaços para sentar, pois o espaço é muito pequeno. Muitos passam o período da feira em pé, ou eles próprios levam cadeiras ou bancos para sentarem, mas ficam no meio do corredor, às vezes dificultando a passagem dos clientes.

Alguns feirantes têm que se preocupar onde guardam a mercadoria, pois alguns boxes não têm esse espaço. Além disso, as pessoas que trabalham na rua não deixam seus boxes montados, e precisam, nos dias de feira, montar ou pagar serviços de montagem.

Fora esse óbice estrutural, existe o incômodo da dúvida da venda, ou seja, se a venda será boa ou não, e a problemática da insegurança.

Observou-se que, nesse período de baixa nas vendas (momento da pesquisa), os feirantes proprietários estavam angustiados, inseguros, reclamando do momento que estavam vivenciando, apesar de saberem que sempre é assim.

Outro fato observado é em relação à dedicação dos feirantes (proprietários) ao seu negócio, pois eles são totalmente absorvidos pelas atividades do dia a dia, seja no momento da venda (na feira), seja em todo o processo de fabricação da mercadoria.

Contudo, em nenhum momento eles colocaram essas dificuldades e inseguranças como sofrimento. Isso pode ser compreendido em virtude de os feirantes estarem tão absorvidos nessa rotina, que já não dão conta de tal fato, ou por já acharem que isso faz parte de suas vidas.

Percebe-se que o ambiente da feira é permeado de significado para as pessoas que ali trabalham e que causa prazer, mas também se encontra sofrimento. Nota-se que o fato de estar trabalhando já é algo significativo para essas pessoas, pois elas se percebem como pessoas dignas e reconhecidas na sociedade.

Apreendeu-se também que a feira é constituída de pessoas simples, sem luxo, que consideram digno seu trabalho, que encontraram na feira uma oportunidade de crescimento financeiro e realização de seus sonhos. Contudo, vale ressaltar que esses sonhos não são de grandeza ou mesmo de esbanjar dinheiro ou posição social.

Considerações Finais

Esta dissertação investigou o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira, o prazer e o sofrimento vivenciado por elas. Para responder ao problema proposto neste estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica e descritiva de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa.

Diante dos estudos exploratórios e descritivos, podemos afirmar que os objetivos desse trabalho foram devidamente alcançados, pois conseguimos identificar o que significa o trabalho para as pessoas que atuam na feira e conhecer as vivências de prazer e de sofrimento desses trabalhadores.

O trabalho na vida dos feirantes tem um grau elevado de importância, caracterizando o caráter central na vida desses indivíduos. Essa centralidade pode ser constatada pelo fato do trabalho ser, na maioria das vezes, uma extensão da família.

O valor que a família tem para as pessoas que atuam na feira, também se evidencia quando, ao serem avaliados os dados referentes à centralidade relativa, isto é, quando o trabalho é comparado com outras áreas de interesse, a família aparece em primeiro lugar.

Essa valorização da família pode ser justificada ainda pelo próprio significado que, as pessoas da feira atribuem ao trabalho, que é da sobrevivência pessoal e familiar, demonstrando um caráter instrumental, ou como coloca Arendt (2009), o significado do trabalho está associado ao labor, atividades do dia a dia relacionadas às primeiras necessidades.

É válido salientar que essa sobrevivência não está atrelada somente a suprir as necessidades básicas, mas a proporcionar melhor condição de vida aos feirantes e aos seus familiares. Essa sobrevivência ainda pode estar vinculada à garantia da independência econômica e ao controle sobre a própria vida.

É sabido ainda que é com a família que o feirante pode contar nas horas de dificuldades, pois, como vimos nos relatos, o ingresso na feira, muitas vezes, é proporcionado pela família durante esses momentos.

Além da sobrevivência pessoal e familiar, o trabalho significa também o reconhecimento e a realização. As pessoas não trabalham somente pelo dinheiro, mas por um reconhecimento como cidadãos, por um lugar na sociedade, um lugar produtivo, onde elas se reconheçam e sejam reconhecidas como pessoas atuantes. O trabalho está associado à dignidade, ao respeito e à honra.

O trabalho na feira não é reconhecido como algo que oferece *status* ou prestígio; é algo mais simples, que proporciona bem estar e saúde, que faz parte do dia a dia, que se mistura na vida dessas pessoas. Para elas, o fato de estar trabalhando, ganhando seu dinheiro, pagando as contas e oferecendo melhores condições aos filhos já é um bem muito grande, por isso se sentem recompensadas.

Os feirantes também associam o trabalho a ter contato com outras pessoas, isto é, para eles o trabalho na feira significa conhecer outras pessoas, fazer novas amizades, sentir-se parte de um grupo.

Morin (2001) retrata que o trabalho, além de ser fonte de sustento, é o meio de se relacionar com os outros, de se sentir como parte integrante de um grupo, de ter uma ocupação, de ter um objetivo a ser atingido na vida.

Em relação ao prazer vivenciado, as pessoas da feira relatam que o que proporciona prazer a elas é o retorno financeiro que a feira lhes dá, ou seja, o prazer está associado a boas vendas, pois isso acarreta bom dinheiro no final do mês, garantindo a sobrevivência.

Os feirantes também citaram que o que os deixa felizes e com prazer é o reconhecimento do seu trabalho e a satisfação pelo que fazem. Além disso, relataram que o

contato com os amigos, as pessoas novas que conhecem, os novos conhecimentos adquiridos nesses contatos, tudo isso lhes causa satisfação.

Já o sofrimento é causado pelos horários (acordar cedo), pelas vendas não estarem de acordo com o esperado e por clientes mal educados. Esses pontos acerca do sofrimento estão diretamente relacionados pela não existência do equilíbrio entre o que o sujeito deseja e o que acontece na prática (Dejours, 1991).

O sofrimento surge quando os feirantes se deparam com o não atendimento às suas necessidades de sobrevivência (as vendas estão ruins) e quando não mantêm bom relacionamento com as pessoas com quem convivem.

Diante desses resultados, considera-se que essa dissertação está respaldada pelo referencial teórico e que os dados nos permitem ir além, pois percebemos uma relação entre o significado do trabalho e as vivências de prazer e de sofrimento.

Podemos aferir que a compreensão do significado do trabalho engloba diversos aspectos, tais como o que é valorizado no trabalho; as funções da atividade; os motivos que levam os indivíduos a trabalhar; a relevância da atividade na vida das pessoas; e as relações do trabalhador com a sociedade. E que dependendo de como o sujeito atribui significado a esses aspectos, eles podem se constituir em vivências de prazer ou de sofrimento.

Constatamos também que o significado do trabalho é algo subjetivo, social e dinâmico, como apresenta Borges (1999), ou seja, é próprio de cada um, de cada época e depende do relacionamento que o indivíduo mantém com os outros e com o local em que vive. Com isso, cada feirante tem um significado próprio a respeito do que é trabalho e do seu trabalho, além da importância que é dada a ele por si e pelos outros. Mediante esse significado dado ao trabalho, os feirantes vivenciam prazer ou sofrimento em sua atividade cotidiana na feira.

Verificamos ainda que o trabalho na feira é algo que extrapola os conceitos de informalidade, como bem coloca Goularte (2008), pois para os feirantes a feira é vista como uma alternativa real de vida e trabalho, espaço onde as relações sociais acontecem e onde se constroem significados próprios, distintos e compartilhados.

Destacamos que, embora existam muitos estudos que envolvam as transformações advindas do mundo do trabalho, ainda existem lacunas a serem preenchidas na literatura, no que diz respeito aos estudos sobre o significado do trabalho, o prazer e o sofrimento vivenciados por quem trabalha. Além disso, precisamos investigar melhor a existência de relações diretas entre o significado do trabalho e essas vivências de prazer e de sofrimento.

Diante de tantas mudanças, no cenário atual do trabalho, faz-se necessário conhecer outros trabalhos que acontecem na informalidade, ou mesmo na formalidade, buscando entender o que significa o trabalho para eles, pois, como foi dito, o significado é algo subjetivo e dinâmico.

Uma sugestão de categoria profissional, para futuras pesquisas, são as empregadas domésticas. Essa categoria, apesar da legitimidade da carteira de trabalho, vivia, na grande maioria, na informalidade. Essa é uma sugestão de categoria que, dentre outras, precisa ser escutada.

Reiteramos a importância de novos estudos que visem conhecer a vida dos trabalhadores que vivenciam a discriminação, a labuta, num contexto de informalidade.

Uma sugestão para investigação é continuar estudando a feira de confecção, pois essa pesquisa teve como restrição a amostra estudada. Não estudamos outras feiras, ou mesmo mercados de confecções, presentes em nossa cidade. A cidade de Fortaleza é considerada como polo de confecção, sendo visitada por pessoas de todo o Brasil e de outros países da América do Sul e da África.

Referências

- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 2, pp. 222-245. Recuperado em 11 de julho de 2011. Obtido em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=es&nrm=
- Albanoz, S. A. (2008). *O que é trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Almeida, P. E. (2006). *Os sentidos do trabalho e o aspecto comunicacional para trabalhadores em regimes de trabalho distintos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo.
- Almeida, S. N. C.; Theóphilo, C. R. & Costa, J. B. A. (2008). Epistemologia da feira livre: um estudo socioeducacional. (Org.) *Anais do I Congresso em Desenvolvimento Social* (pp. 1-11). Universidade Estadual de Montes Claros, MG.
- Alves, A. E. S & Almeida, J. R. M. (2009). Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”. *Revista Histedbr on line*. n. especial, pp. 238-250. Recuperado em 13 de abril de 2011. Obtido em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art15_33esp.pdf
- Amaral, J. H. (2008). Feira dos Importados Como Produto Turístico de Brasília. *E-Revista Facitec*. v. 2, n. 2, Art.6. Recuperado em 20 de junho de 2011. Obtido em www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/.../10
- Antloga, C. S. X. (2003). *Estilos de contato da organização com o funcionário e prazer-sofrimento no trabalho: estudo de caso em empresa de material de construção*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed Cortez.

- _____, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- _____ (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, São Paulo: Boitempo.
- _____ (2010). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, n.107, pp. 405-419. Recuperado em 03 de maio de 2011. Obtido em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300002&script=sci_abstract&tlng=pt
- Antunes, R & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, pp. 335-351. Recuperado em 13 de janeiro de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>
- Arendt, H. (2009). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Astrada, C. (1968). *Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Barreto, T. R. (2003). *Precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador*. Monografia de Graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Barreto, R. C. E. S. (2007). *O custo benefício da informalidade: o caso feira Hippie em Goiânia*. Monografia de Graduação, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás.
- Barros, A. J. P. & Lehfeld, N. A. S. (1986). A metodologia e a universidade. In:____. *Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica* (pp. 1-14). São Paulo: Mac Graw-Hill.

- Bastos, A. V. B.; Pinho, A. P. M. & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 6, pp. 20-29. Recuperado em 09 de maio de 2011. Obtido em <http://rae.fgv.br/rae/vol35-num6-1995/significado-trabalho-estudo-entre-trabalhadores-inseridos-em-organizacaoes-formais>
- Boechat, P. T. V & Santos, J. L dos. (2011). Feira Livre: dinâmicas e relações identitárias. In: *Anais VIII Encontro Baiano de Geografia / X Semana de Geografia da UESB*, (pp. 1-11), Vitória da Conquista. Recuperado em 25 de janeiro de 2012. Obtido em www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf
- Borges, L. O. (1998). *O Significado do Trabalho e a Socialização Organizacional: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.
- _____. (1999). A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário. *Estudos de Psicologia*, v.4, n. 1, pp. 107-139. Recuperado em 10 de junho de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a07v04n1.pdf>
- Borges, L. O. & Alves Filho, A (2001). A mensuração da motivação e do significado do trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 16, n. 2, p. 177-194. Recuperado em 10 de junho de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7272.pdf>
- Borges, L. O., & Tamayo, A. (2002). A estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 1, n. 2, pp.11-44. Recuperado em 23 de maio de 2011. Obtido em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572001000200002&script=sci_arttext

- Borges, L. O. & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 24-62). Porto Alegre: Artmed.
- Brasil (2005). *Resolução no. 196, de outubro de 1996*. Recuperado em 02 de novembro de 2012. Obtido em http://www.upf.br/cep/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=5
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2001). *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Carmo, P. S. (2001). *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.
- Castro, J. D. B; Castro, M. C. G de; Laurias, N. C. (2009). Feira Artesanal de Alexânia: um modo singular de comércio. *11ª edição do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana*, pp. 47-54, setembro. Recuperado em 22 de agosto de 2012. Obtido em www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/.../artigo05.pdf
- Cavalheiro, G. (2010). *Sentidos Atribuídos ao Trabalho por Profissionais Afastados do Ambiente Laboral em Decorência de Depressão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Carvalho, M. F. (2008). *O Trabalho e suas implicações no ócio e na saúde de enfermeiros de uma Unidade de Terapia Intensiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará.
- Cacciamalli, M. C. (1983). *Setor Informal Urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas - USP.
- _____. (1999). *Informalidade contemporânea na América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA.
- _____. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, v.14, pp.153-174. Recuperado em 19 de abril de 2011. Obtido em

- <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>
- Chahad, J. P. Z. (1988). Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: D. B. Pinho & M. A. S. Vasconcelos (Orgs). *Manual de Economia* (pp.381-405). São Paulo: Saraiva.
- Chanlat, F. J. (2007). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.
- Ciampa, A. C. (1996). *A estória do Severino e a história da Severina*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Codo, W. (1987). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: A. Tamayo, J. Borges – Andrade, W. Codo (Orgs). *Trabalho, organização e cultura* (pp.21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores associados.
- Correa, R. O. & Lopes, J. L. (2009). Mercado de Trabalho Informal: um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10 anos”. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 4., Campo Mourão. *Anais... FECILCAM*. Recuperado em 10 de setembro de 2012. Obtido em http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/11_CORREA_LOPES.pdf.
- Costa, E. A. (2012). *Fortaleza*. In: Copa do Mundo Para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades – sede da copa do mundo de 2014, pp. 69 – 80. Recuperado em 25 de outubro de 2012. Obtido em apublica.org/wp.../2-publicacao_SN_small_pt_002.pdf
- Dal Ben, L. W.; Carvalho, M. B.; Souza, T. M.; Felli, V. E. A. (2005). A Percepção da Relação Sofrimento/Prazer no Trabalho de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem em

- Internação Domiciliária. *Cogitare Enfermagem*, v. 9, no 2, pp. 73-81. Recuperado em 14 de novembro de 2012. Obtido em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/viewArticle/1718>
- Dantas, G. P. G. (2007). *Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte.
- Dejours, C. (1991). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1996). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. Em: J. F. Chanlat & O. L. S. Tôrres (Orgs.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v.1, (pp. 149-173), São Paulo: Atlas.
- _____. (2004). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- _____. (2007). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C., Dessors, D. & Desrioux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n.3, pp. 98-104. Recuperado em 29 de outubro de 2010. Obtido em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901993000300009.pdf
- Dejours, C., Abodoucheli, E. & Jayet, C. (2009). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dias, M. C. S. (2008). *A Vivência do Sofrimento / Prazer na Profissão Terapia Ocupacional: um estudo em instituições hospitalares de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, Minas Gerais.

- Donkin, R (2003). *Sangue, suor e lágrimas: a evolução do trabalho*. São Paulo: M Books do Brasil.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, M. L. A. (2007). *Trabalho Informal e Cidadania: heterogeneidade social e relação de gênero*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Ferreira, M. C. & Mendes, A. M. (2001). Só de pensar em vir trabalhar já fico de mau humor: atividade de atendimento público e prazer-sofrimento no trabalho. *Revista Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 3, pp. 93-104. Recuperado em 21 de outubro de 2010. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n1/5336.pdf>
- _____. (2003). *Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira*. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir.
- Filgueiras, L. A.M, Druck, G. & Amaral, M. F. (2004). O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, v. 17, n. 41, pp.211-229. Recuperado em 19 de abril de 2011. Obtido em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>
- Flach, L., Grisei, C. L. I., Silva, F. M. & Manfredini, V. (2009). Sofrimento Psíquico no Trabalho Contemporâneo: analisando uma revista de negócios. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 21, n.2, pp. 193-202. Recuperado em 10 de junho de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a06.pdf>
- Fobes, D. K. (1989). O emprego e o setor informal. Em: *Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento* (pp. 288-296). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- _____. (1994). *Administração de Recursos Humanos: um enfoque profissional*. São Paulo: Atlas.
- _____. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, W. I. & Anjos, F. S. (2007). O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas - RS. *Revista Brasileira Agroecologia*, v. 2, n.1. Recuperado em 17 de junho de 2011. Obtido em www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/include/getdoc.php?id=2666...
- Goularte, C. C. (2008). *Cotidiano, Identidade e Memória: Narrativa de Camelôs em Pelotas (RS)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul.
- Gonçalves, M. A. & Thomaz Júnior, A. (2002). Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil. *Revista Eletrônica Geocritica*, v. 6, n. 119, pp. 125-141. Recuperado em 10 de setembro de 2012. Obtido em www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-31.htm
- Gremaud, A. P.; Vasconcelos, M. A. S. & Tonetto Jr, R. (2004). *Economia Brasileira Contemporânea*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Hackman, J. R. & Oldham, G. R. (1975). Development of the Job Diagnostic Survey. *Journal of Applied Psychology*. v. 60, n. 2, pp.159-170. Recuperado em 05 de novembro de 2012 Obtido em <http://psycnet.apa.org/journals/apl/60/2/159/>
- Haguette, T. M. F. (1995). *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4.ed. Petrópolis: Vozes.
- Heloani, J. R. & Capitão, C. G. (2003). Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, no. 20, pp. 102-108. Recuperado em 28 de novembro de 2012. Obtido em www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a11v17n2.pdf
- Hernandes, J. C. (2003). *Vivências de Prazer-Sofrimento: um estudo exploratório com trabalhadores de um hotel de Goiânia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás.

- Hesíodo. (2012). *Os trabalhos e os dias*. Paraná: Segesta. Recuperado em 16 de janeiro de 2013. Obtido em <http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>
- Hirata, G. I. & Machado, A. F. (2007). Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. *Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise*, n. 34, pp. 23-29. Recuperado em 27 de setembro de 2012. Obtido em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt34/04Nota2.pdf > .
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [IBGE], (2003). *Economia Informal Urbana*. Recuperado em 27 de setembro de 2012. Obtido em <http://www.ibge.gov.br>.
- Jacques, M. G. (1997). Identidade e trabalho. In: A. D. Cattani, (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico* (pp. 127-131). Petrópolis: Vozes.
- Kubo, S. H. (2009). Significado do Trabalho: estudo nos setores público e privado. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (1996). Pesquisa. In: *Técnica de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Lassance, M. C. & Sparta, M. (2003). A Orientação Profissional e as Transformações no Mundo do Trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 4, n.1-2, pp. 13-19. Recuperado em 10 de junho de 2011. Obtido em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902003000100003&script=sci_arttext
- Lima, A. M. S. (2003). *O Comprometimento no Trabalho e o Significado do Trabalho: um estudo com os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S/A*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte.
- Machado da Silva, L. (1993). Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. *Tempo e Presença*, n. 269, pp. 31-34.

- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas
- Marx, K. (1985). *O capital: crítica da economia política*. v. I. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. O trabalho alienado. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Recuperado em 31 de maio de 2011. Obtido em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>.
- _____. (2009). *Para a Questão Judaica*. Tradução de José Barata Moura. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Malvezzi, S. (2004). Prefácio. In: J. C. Zanelli, J. Borges-Andrade & V. B. Bastos (Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Mascarenhas, G. (2005). Feiras Livres: informalidade e espaços de sociabilidade. In: *Anais do Colóquio Internacional de Comercio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização*. Porto Alegre.
- Mattoso, J. (1999). *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Ramos.
- Meaning of Occupational Work International Research Team - MOW. (1987). *The meaning of working*. Londres: Academic Press.
- Melo, H. P. de & Teles, J. L. (2000). *Serviço e Informalidade: O Comércio Ambulante no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão n° 773). Recuperado em 10 de setembro de 2012. Obtido em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=402
- 4
- Mendes, A. M. (1999). *Valores e vivências de prazer – sofrimento no contexto organizacional*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

- _____.(2004). Cultura Organizacional e Prazer-sofrimento no Trabalho: uma abordagem psicodinâmica. Em: A. Tamayo (Ed.). *Cultura e Saúde nas Organizações* (pp.59-76). Porto Alegre: Artemed.
- Mendes, A. M. & Morrone, C. F. (2002). Vivências de prazer-sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica. In: A. M. Mendes, A. M., L. O. Borges, M. C. Ferreira, (Ed). *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 26-42). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Menezes, V. P. L. (2005). *As Feiras-Livres Em Fortaleza – Retrato da Polissêmia Urbana*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará.
- Minayo, M. C. S. (2000). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp.9-29). Petrópolis: Ed. Vozes.
- Morin, E. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. v. 41, n. 3, pp. 8-19. Recuperado em 09 de maio de 2011. Obtido em <http://www.carlosrighi.com.br/177/Ergonomia/Os%20sentidos%20do%20trabalho%20-%20Morin%20RAE%202001seg.pdf>
- Noronha, E. G. (2003). Informal, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18 n. 53, pp.111-129 . Recuperado em 19 de abril de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>
- Organização Internacional do Trabalho, [OIT], (1993). *15a. Conferência de estatísticas do trabalho*. Genebra.
- Padilha. V. (2000). *Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Editora Alínea.

- Pamplona, J. B. (2001). *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal.
- Pochmann, M. (2001). *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2004). As perspectivas do trabalho na economia moderna. In: L. Dowbor, O. Furtado, L. Trevisan, H. Silva (Orgs). *Desafios do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ramos, L. (2002). *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão, 914). Recuperado em 17 de setembro de 2012. Obtido em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_019l.pdf>.
- Rifkin, J. (2000). *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books.
- Rosso, S. D. (2004). O tempo de trabalho no Brasil e no mundo Globalizado. In: L. Dowbor, O. Furtado, L. Trevisan, H. Silva (Orgs). *Desafios do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sabadini, M. de S. & Nakatani P. (2002). Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Venezolana de Analisis de Coyuntura*. v. 8, n. 2, pp. 1-18. Recuperado em 17 de setembro de 2012. Obtido em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>.
- Sato, L.; Santos, J. B. F.; Maciel, R. H. M. O. & Matos, T. G. R. (2010). *Redes Sociais e Trabalho Informal: estudo de feiras em São Paulo (SP) e Fortaleza (CE)*.
- Santos, J. B. F. (2000). *O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume.

- Santos, C. A. (2006). *Significado do Trabalho e Conduta Ético- Profissional: um estudo de caso na polícia militar baiana*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho*. São Paulo: Ed Record.
- _____. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, E. S.; Santos, M. C. & Silva, J. B. (2010). Comércio Informal no centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé. In: *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos* (pp.1-10). Recuperado em 25 de outubro 2012. Obtido em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.agb.org.br%2Fevento%2Fdownload.php%3FidTrabalho%3D2402&ei=W2uSUL3FC4j68QSgkoHIAg&usg=AFQjCNEqDJC_qGrjmP9QLLgbd-_roIJfYQ
- Soares, C. R. V. (1992). *Significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.
- Souto Maior, M. (1995). *Folclore etc & tal*. Recife: Comunicação Editora.
- Souza, R. M. B. (2009). *Significados Atribuídos ao Trabalho em Condições Precárias: um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba – PR*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Souza, R. M. B. & Tolfo, S. R. (2007). Dimensões da Precarização do Trabalho Feirante: a produção de sentidos no cotidiano. In: *Anais do III Congresso internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia* (ISSN. 1678-352X). Obtido em <http://dc120.4shared.com/doc/CzplSh76/preview.html>.

-
- (2009). Significados Atribuídos ao Trabalho em Condições Precárias: Um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba- PR. In: *Anais XV Encontro Nacional da ABRAPSO* (ISSN: 1981-4321). Obtido em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/401.%20significados%20atribu%CDdos%20ao%20trabalho%20em%20condi%C7%D5es%20prec%C1rias.pdf
- Souza, S. A. (2009). *Coletivos de Trabalhos e o Prazer e o Sofrimento em sua Construção: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, Minas Gerais.
- Tamayo, A. & Mendes, A. M. (1999). Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. *Anais Enanpad*, Foz do Iguaçu, 1999.
- Tolfo, S. R. ; Coutinho, M. C. ; Almeida, A.I R ; Baasch, D. & Cugnier, J. S. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho. In: *Fórum CRITEOS*, 2005, Porto Alegre.
- Tolfo, S. R. & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, Edição Especial 1, pp. 38-46. Recuperado em 10 de maio de 2011. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07.pdf>
- Varella, J. M. C. (2006). *A Motivação e o Significado do Trabalho de Bancários: estudo comparativo entre dos momentos do processo de reestruturação produtiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte.
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

- Vilela, E. C. (2003). *Significado do Trabalho e Escolha Acadêmico-Profissional: um estudo com universitários primeiranistas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte.
- Vilela, L. F. D. & Rigon, J. (2004). El significado del trabajo. Homologación de una version em Português-brasileño del questionário MOW. In: ENANPAD (p. 333). Porto Alegre: ANPAD.
- Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 1, pp.127-135. Recuperado em 16 de outubro de 2012. Obtido em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v9n1/v9n1a16.pdf>>
- Zanelli, J. C., Andrade, J. E. B. & Bastos, A. V. B. (2004). *Psicologia, Organizações e do trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado Senhor (a):

Sou estudante do Mestrado em Psicologia da UNIFOR e estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é identificar e analisar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções e o prazer e o sofrimento vivenciados por elas.

Desta forma, quero pedir a sua participação voluntária para esta pesquisa por meio do preenchimento do questionário contido nas folhas seguintes. Não há necessidade de identificação pessoal.

Peço apenas que tome o cuidado de responder todas as questões apresentadas no questionário, pois, caso alguma fique em branco, o questionário torna-se inválido estatisticamente.

Fico à disposição para qualquer contato e esclarecimento. Agradeço pela sua participação e contribuição com esta pesquisa.

Por favor, assinale com um "X" o número correspondente à sua resposta ou complete os espaços em branco quando for o caso.

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS:

1. Nome (Iniciais): _____		2. Idade: _____		3. Estado Civil: _____	
4. Nº de pessoas da família que trabalham? _____			5. E na Feira? _____		
6. Qual a sua função na feira? _____			7. Tempo na Função: _____		
8. Seu trabalho é formalizado? _____					
12. Renda Mensal:		<input type="checkbox"/> até 02 salários mínimos		<input type="checkbox"/> De 03 a 04 salários mínimos	
		<input type="checkbox"/> De 05 a 06 salários mínimos		<input type="checkbox"/> De 07 a 09 salários mínimos	
		<input type="checkbox"/> Acima de 10 salários mínimos		<input type="checkbox"/> Outros. _____	
13. Grau de Instrução:		<input type="checkbox"/> 1º grau incompleto		<input type="checkbox"/> 1º grau completo	
		<input type="checkbox"/> 2º grau incompleto		<input type="checkbox"/> 2º grau completo	
		<input type="checkbox"/> Superior incompleto _____		<input type="checkbox"/> Superior completo _____	
		<input type="checkbox"/> Não sabe ler e escrever		<input type="checkbox"/> Outros. _____	
14. Trabalha em outro(s) lugar(es)? _____			15. Onde? _____		
16. E em outras feiras? _____					
17. Quantos dias da semana trabalha? _____			18. Quantas horas diárias? _____		

Nesta parte do questionário, lhe apresentaremos uma palavra. Queremos que você escreva livremente tudo o que esta palavra faz você lembrar (ideias, sentimentos, pensamentos, outras palavras). Não existem respostas certas. Isso não é um teste. Tudo que você disser é importante para a nossa pesquisa porque revela, exatamente, o que você pensa.

19- A palavra é: TRABALHO. O que ela significa para você? Escreva tudo que lhe vier ao pensamento.

Para as próximas questões, gostaríamos que você pensasse sobre o que o TRABALHO significa para você. Estamos interessados em conhecer quais as suas crenças e valores a respeito do trabalho de forma geral, o que você acredita que o trabalho representa para sua vida.

20. Responda assinalando um dos números abaixo, quão importante e significativo é o trabalho em sua vida global?

1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	6 <input type="checkbox"/>	7 <input type="checkbox"/>	
Uma das coisas menos importantes na minha vida			De média importância na minha vida		Uma das coisas mais importantes na minha vida		

21. Agora avalie a importância de cada uma dessas áreas para você, distribuindo entre elas pontos de 0 a 100 (a soma deve dar 100 pontos). Quanto mais importante for uma área para você, mais pontos você deve dar a ela.

- a) _____ Meu lazer (diversão, passatempos, ocupações culturais, esportes, recreação, contato com amigos).
- b) _____ Minha comunidade (atividades em associações de classe, de moradores organizações voluntárias, sindicatos, organizações políticas).
- c) _____ Meu trabalho.
- d) _____ Minha religião (atividades e crenças religiosas).
- e) _____ Minha família.

TOTAL = 100 pontos

22. Distribua também um total de 100 pontos pelas afirmações abaixo, para explicar o que o TRABALHO SIGNIFICA PARA VOCÊ:

PONTOS

- a) _____ O trabalho dá a você status e prestígio.
- b) _____ O trabalho fornece a você rendimentos necessários.
- c) _____ O trabalho mantém você ocupado (em atividade).
- d) _____ O trabalho permite a você ter contatos com outras pessoas.
- e) _____ O trabalho é um modo útil de servir à sociedade.
- f) _____ O trabalho em si é, basicamente, interessante.
- g) _____ O trabalho lhe proporciona auto-realização.

TOTAL = 100 pontos

23. Apresentamos abaixo uma lista de afirmativas que representam possíveis sentimentos ou pontos de vista em relação ao trabalho de forma geral. Lembre-se de que não estamos nos referindo especificamente ao seu trabalho atual. Gostaríamos que você julgasse cada uma das afirmativas, utilizando os códigos da tabela abaixo no quadrinho ao lado de cada frase:

1- Discordo plenamente	4- Não discordo, nem concordo	5- Concordo levemente
2- Discordo muito		6- Concordo muito
3- Discordo levemente		7- Concordo plenamente
⇒ Toda pessoa deve ter direito a um trabalho interessante.		
⇒ O trabalhador deve valorizar qualquer trabalho.		
⇒ É dever de todo cidadão capacitado contribuir para a sociedade através do trabalho		
⇒ Todo trabalhador deveria pensar na melhor forma de fazer o seu serviço		
⇒ Toda pessoa deveria ter o direito a um trabalho interessante e significativo		
⇒ Todos que desejassem deveriam ter um emprego.		
⇒ O trabalho monótono e simples é aceitável se o salário compensa.		
⇒ Os superiores devem pedir sugestões.		
⇒ A organização empregadora deve treinar e recolocar o trabalhador cujas habilidades fiquem desatualizadas.		

24. Agora imagine que você ganhou na loteria ou herdou uma grande fortuna, que lhe permite viver confortavelmente sem trabalhar até o fim da sua vida. O que você faria?

Pararia de trabalhar.

Continuaria a trabalhar no mesmo trabalho.

Continuaria a trabalhar no mesmo trabalho, mas mudaria as condições de trabalho.

Continuaria a trabalhar, mas mudaria de trabalho.

APÊNDICE B**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

01. Como chegou na feira? Porque veio trabalhar na feira?
02. Fale-me sobre seu trabalho na feira. (dia-a-dia)
03. O que significa pra você trabalhar na feira?
04. Quais aspectos do seu trabalho você considera bom?
05. Quais as dificuldades encontradas no dia-a-dia de seu trabalho?
06. O que lhe dá prazer no trabalho? (nesse ou em outro)
07. O que lhe causa sofrimento no trabalho?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do Projeto: **PRAZER, SOFRIMENTO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DE UMA FEIRA DE CONFECCÇÕES.**

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem por objetivo identificar e analisar o significado do trabalho e o prazer e o sofrimento vivenciados por quem trabalha nesse local.

A pesquisa é constituída por duas etapas: uma em que você, com o auxílio da pesquisadora, irá preencher um questionário; e outra em que a pesquisadora fará algumas perguntas a serem respondidas.

Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a aplicação do questionário e/ou da entrevista. Para tanto, leia e reflita atentamente sobre as informações abaixo. **Se você concordar em participar basta preencher os seus dados, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE - e assina-lo na última folha concordando com a pesquisa**, e se ainda estiver com alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela investigação. O pesquisador responsável também deve **rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE - e assina-lo na última folha.**

Desde já agradecemos sua atenção e compreensão, esperando que possamos contar com sua participação. O(s) procedimento(s) utilizado(s) (questionário ou entrevista) poderá(ão) trazer algum constrangimento, mas garantimos apoio se em algum momento isso acontecer e se desejado poderemos interromper o processo e encaminhá-lo para algum atendimento psicológico (SPA- Sistema de Psicologia Aplicada – Rua desembargador Floriano Benevides, 221 – Edson Queiroz, 3477-3229). Informamos ainda que a referida pesquisa trará como benefícios, aos participantes, a possibilidade de se darem conta da relação que mantém com seu trabalho, além de permitir avaliar as condições de trabalho, possibilitando desenvolver melhorias dessas condições.

Garantimos a confiabilidade do estudo, pois os participantes em hipótese alguma terão sua identidade divulgada para outras pessoas ou entidades. Serão mantidas em sigilo todas as informações obtidas no processo da pesquisa e que estejam relacionadas com a privacidade dos participantes.

Caso haja alguma consideração ou dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável Acy Holanda Mota, que pode ser encontrada no telefone (85) 88996658 ou no endereço Rua Eduardo Sáboia, 600, e assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para pesquisa.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – COÉTICA, da Universidade de Fortaleza, cujo endereço é: Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar. Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341. Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza, Ce.

Caso o (a) Sr. (a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li acerca do estudo “**PRAZER, SOFRIMENTO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DE UMA FEIRA DE CONFECCÕES**”. As informações fornecidas foram claras e suficientes para que eu saiba quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de sigilo e confiabilidade, e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e de compensação financeira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade, _____, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa “**PRAZER, SOFRIMENTO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DE UMA FEIRA DE CONFECCÕES**”. Autorizo também a utilização de todas as informações prestadas e das fotografias produzidas durante essa pesquisa. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____

Assinatura do responsável pelo estudo

Data: ____/____/____

ANEXO A

UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRAZER, SOFRIMENTO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DE UMA FEIRA DE CONFECÇÕES.

Pesquisador: Acy Holanda Mota

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 10177712.2.0000.5052

Instituição Proponente: Universidade de Fortaleza (UNIFOR)/ Fundação Edson Queiroz

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 252.977

Data da Relatoria: 19/04/2013

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções, no município de Fortaleza, e o prazer e o sofrimento vivenciados por elas. Os participantes desta pesquisa serão as pessoas que trabalham na feira de confecção, no município de Fortaleza, proprietários ou não das barracas de roupa. O método quantitativo será utilizado para a aplicação de um inventário, com o objetivo de mensurar e avaliar o significado do trabalho para os trabalhadores da feira de confecção. A abordagem qualitativa será constituída de entrevistas semi-estruturadas, pela qual se buscará interpretar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho a partir da fala dos sujeitos da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar o significado do trabalho para as pessoas que atuam na feira de confecções, no município de Fortaleza, e o prazer e o sofrimento vivenciados por elas.

Objetivo Secundário:

Analisar o significado atribuído ao trabalho pelos trabalhadores de uma feira de confecções. Conhecer as vivências de prazer e de sofrimento dos trabalhadores que atuam em feira de

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3058 **E-mail:** coetica@unifor.br

UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



confeções.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Podemos citar o risco de constrangimento durante o desenvolver da pesquisa, não tendo nenhum risco relevante a mais para ser citado.

Benefícios:

Informamos que a referida pesquisa trará como benefícios, aos participantes, a possibilidade de se darem conta da relação que mantém com seu trabalho, além de permitir avaliar as condições de trabalho, possibilitando desenvolver melhorias dessas condições.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está claro, com metodologia adequada às proposituras investigativas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1.Folha de rosto;
- 2.TCLE;
- 3.Instrumento de coleta de dados;

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas ao projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugere-se a Aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado está de acordo com o parecer da relatoria quanto a Aprovação do projeto de pesquisa visto atender às determinações da Res. CNS/MS 196/96.

Endereço: Av. Washington Soares 1321Bloco da Reitoria
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz CEP: 60.811-905
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3477-3122 Fax: (85)3477-3056 E-mail: coetica@unifor.br

UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA (UNIFOR)/
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



FORTALEZA, 23 de Abril de 2013

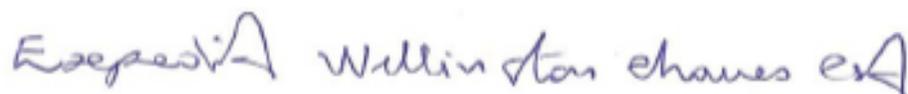
Assinador por:
Marilia Joffily Pereira da Costa Parahyba
(Coordenador)

ANEXO B

DECLARAÇÃO

Eu, EXPEDITO WELLINGTON CHAVES COSTA, portador da Carteira de Identidade nº 59057783 – SSP CE, do CPF nº 365985693-20, Graduado e Especialista em Língua Portuguesa e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professor de Língua Portuguesa sob o Registro LP9800192/DEMEC/CE do Ministério da Educação, declaro para os fins devidos que a Dissertação **PRAZER, SOFRIMENTO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES DE UMA FEIRA DE CONFECÇÕES**, de Acy Holanda Mota, está redigida em conformidade com a norma padrão da Língua Portuguesa vigente no Brasil.

Fortaleza, 21 de julho de 2013.



Expedito Wellington Chaves Costa